

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FACULDADE
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

ANEXO AO PROCESSO 364/2001

PROGRAMA - CIÊNCIAS SOCIAIS

DEFESA - 11/12/2002

Aurora Cannone

**NÚCLEO FORTUNATO ROCHA LIMA - (BAURU - SP)
PROGRAMA DE DESFAVELAMENTO: A CONTINUIDADE
DA EXCLUSÃO**

Marília

2002



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – FACULDADE
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

Aurora Cannone

**NÚCLEO FORTUNATO ROCHA LIMA - (BAURU-SP)
PROGRAMA DE DESFAVELAMENTO: A CONTINUIDADE
DA EXCLUSÃO**

Marília

2002



Aurora Cannone

NÚCLEO FORTUNATO ROCHA LIMA - (BAURU-SP)
PROGRAMA DE DESFAVELAMENTO: A CONTINUIDADE
DA EXCLUSÃO

1410001425



Dissertação apresentada no curso de
Pós-Graduação em Ciências Sociais
como requisito para obtenção do grau
de Mestre.

Orientador: Ethel Volfzon Kosminsky

Marília

2002



BANCA EXAMINADORA

Dra. Ethel Volfzon Kosminsky (Orientadora)

UNESP – Marília

Dr. Marximiliano Martins Vicente

UNESP - Bauru

Dr. Edemir de Carvalho

UNESP - Marília

Marília-SP ____/____/____



SUPLENTES

Dra. Salette da Silva Alberti

UNESP - Bauru

Dra. Claude Lépine

UNESP - Marília

Marília - SP ____/____/____



DEDICATÓRIA

À minha irmã **Iolanda**, que amo tanto e
sempre esteve ao meu lado, protegendo-me e
transformando-me a cada dia em sua filha.

Obrigada.

Espero poder iluminar a sua vida, assim como
você ilumina a minha.



Aos meus irmãos **Giacomo e Duílio**, que
sempre se fizeram presentes em minha
história, presenteando-me com seu amor e um
belíssimo humor.

Obrigada, adoro vocês.

À caçulinha **Karen**, que mesmo distante,
sempre soube se fazer presente em nossos
corações. Te amo muito.

Ao meu pai **Oscar**, que sempre lutou muito “
Mesmo que já tenhas feito uma longa
caminhada, há sempre um caminho a fazer “
(Santo Agostinho)

Aos meus filhos **Alexandre e Ivan**, que amo
tanto e sem os quais, eu não seria quem sou.

E a mais nova irmã **Sandra**, seara do
Amazonas, que soube conquistar a todos nós
com seu carisma e bondade, e que já integra o
elenco da família.

Obrigada



HOMENAGENS ESPECIAIS

A minha mãe **Ilda** (in memória), que se eu pudesse definir, diria que foi uma verdadeira FÊNIX, que sempre renasceu de suas próprias cinzas e nos ensinou que as derrotas não existem, são apenas outras formas de aprender uma lição e crescer um ser melhor.

Ao meu padasto **Leopoldo** (in memória), que por seu persistente amor, se fez amar muito.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas, principalmente as mulheres que habitam o Núcleo Fortunato Rocha Lima, o meu carinho e admiração.

“ Há quem diga que todas as noites são de sonhos.

Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão.

Mas no fundo isso não tem muita importância.

O que interessa mesmo não as noites em si, são os sonhos.

Sonhos que o homem sonha sempre.

Em todos os lugares, em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado...”

Willian Shakespeare

A você **Dra. Ethel V. Kosminsky**, agradeço
por todos esses anos de orientação, que me
possibilitaram tanto conhecimento.

Saiba que “Ocupar o lugar no coração de
alguém, é nunca estar só”

(Alejandro Perez)

A **Instituição Toledo de Ensino**, que apoiou
e colaborou com esse trabalho, o meu
muito obrigada.

Querida amiga **Cinthia**, que sempre estive ao
meu lado, em todos os momentos, o meu
muito obrigada

O mestrado trouxe-me novos amigos, entre
muitos a meiga **Maria Cristina**, que
conquistou a todos nós

Não poderia deixar de agradecer às minhas
alunas, que tanto colaboraram comigo, assim
como a muitas outras pessoas que se
envolveram em minha jornada sociológica.
Um grande abraço

*“É necessário que alguns batalhem,
sofram, construam e acreditem, sem
desertar da luta, para que muitos sejam
felizes, realizados no tempo.”*

(Roque Scheider)



RESUMO

Tendo como objetivo conhecer e analisar quais as estratégias de enfrentamento das adversidades, que foram utilizados por ex-favelados, agora moradores de um núcleo habitacional, fruto de um processo de desfavelamento, para romper o estigma de excluídos que a mesma sociedade, que pretextou integrá-los ao seu meio, criou, continuando na verdade, sua situação de excluídos, o presente trabalho realiza um estudo junto aos moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima (Bauru-São Paulo) dentro de uma linha gramsciana.

Semelhante estudo buscou contribuir para que a sociedade, tanto acadêmica como a mais ampla, passe a vê-los não como “perigosos”, pessoas violentas e sem dignidade, mas como cidadãos que realmente são.

Palavras-Chave: Excluídos; Núcleo Habitacional; Cidadania; Urbanismo; Favelados.

ABSTRACT

This introduction is a brief explanation of a study developed among people who lived in slums and are now living in districts created with the intention of integrating slumdwellers into the life of the community in a hopeless attempt to remove from them stigma of derelicts.

This study, based on Gramsciana Philosophy, aimed to know and analyze the strategies used by the dwellers of the District of Fortunato Rocha Lima (Bauru-São Paulo-Brazil) in facing adversities.

This study aimed to show another side of these people: not dangerous, violent or without dignity, but real citizens.

Key words: Excluded people

Domicile nucleus

Citizenhood

Urbanization

Shanty-town people

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

1 A TRAJETÓRIA DOS SISTEMAS HABITACIONAIS NO BRASIL	06
---	----

1.1 Questões Embrionárias da Habitação	06
--	----

1.2 Política Habitacional como Manutenção do Poder	09
--	----

1.3 Crises Econômicas Redirecionam a Política Habitacional Brasileira.....	13
--	----

1.4 Gênese e Formação do Fortunato Rocha Lima.....	18
--	----

2 HISTORICIZANDO OS NOVOS PARADIGMAS DAS MAZELAS SOCIAIS	26
--	----

2.1 Formas de Resistência num Contexto de Pobreza e Exclusão Social	32
---	----

2.2	Tipos de Estigmas Direcionados aos Moradores do Núcleo F. R. L.	38
3	A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA URBANA NA VIDA SOCIAL	44
2.3	A Urbanização como Indicador Social e o Papel do Estado na sua efetivação	44
2.4	A Urbanização Desigual Ocorrida no Núcleo Fortunato Rocha Lima	47
4	PENSAR E AGIR DOS MORADORES DO NÚCLEO FORTUNATO ROCHA LIMA	52
4.1	Tabelas e Gráficos – Descrição e Análise	52
4.2	Análise Qualitativa das Respostas Abertas dos Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	BIBLIOGRAFIA	82

ANEXOS

ANEXO I - 1ª Reportagem sobre a Construção do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Jornal da Cidade –Bauru/SP	89
ANEXO II - 1ª Reportagem sobre a Construção do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Diário de Bauru – Bauru/SP.....	90
ANEXO III - Fotos - Canteiro de Obras com Mulheres Trabalhando e Refeição dos Engenheiros	91
ANEXO IV – Fotos – Mulheres no Núcleo esperando a divisão de tarefa e o Prefeito Tidei de Lima com jornalistas no Canteiro de Obras do N.F.R.L.....	92
ANEXO V - Fotos – A Construção da Creche “São José”- Construção do Centro Comunitário – Placa da Participação do Banco do Brasil	93
ANEXO VI - Fotos – Placa da Prefeitura sobre a Obra do Núcleo F.R.L e do Centro Odontológico.....	94
ANEXO VII - Reportagem sobre a Liberação de Verbas do CDHU para o Núcleo F.R.L	95
ANEXO VIII - Reportagem - Governador Fleury Filho Libera Verbas para a construção do Núcleo F.R.L	96

ANEXO IX - Reportagem - Participação Feminina na Construção do Núcleo F.R.L.	97
ANEXO X - Reportagem – Participação de Algumas Entidades no Núcleo F.R.L.	98
ANEXO XI - Reportagem sobre o Número de Casas que serão Sorteadas no Núcleo F.R.L.	99
ANEXO XII Reportagem – Sorteio das Primeiras Casas.....	100
ANEXO XIII – Documento da Prefeitura Municipal de Bauru informando sobre o Andamento do Projeto de Desfavelamento.....	101
ANEXO XIV - Reportagem - Projeto de Desfavelamento de Prevenção Odontológica - Parceria: Centro Visual e Auditiva	102
ANEXO XV - Reportagem – Núcleo F.R.L. sem Escola	103
ANEXO XVI - Reportagem - Projeto de Desfavelamento tem destaque no Habitat II - Istambul /Turquia	104
ANEXO XVII - Fotos - Engenheiro Faria Neto com Organizadores do Habitat II em Istambul e Auditório do Congresso.....	105
ANEXO XVIII - Fotos – Casas Modelos do Núcleo F.R.L. e o Dia do Sorteio das Casas	106

ANEXO XIX - Ficha de Identificação dos Jogadores de Futebol do Núcleo F.R.L.....	107
ANEXO XX - Ficha do Campeonato 100% Fortunato	108
ANEXO XXI - As Regras do Campeonato do Time 100% Fortunato.....	109
ANEXO XXII - Ficha da Contabilidade do Time 100% Fortunato.....	110
ANEXO XXIII - Foto - Medalhas e Troféus.....	111
ANEXO XIV- Reportagem – Núcleo Fortunato Rocha Lima continua Irregular	112
ANEXO XXV - Departamento de Água e Esgoto de Bauru - DAE Of. nº 370/02 - Ref. Fornecimento de Dados	113
ANEXO XXVI - Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL - Número de Residências Beneficiadas com a Energia Elétrica	114
ANEXO XXVII - Formulário das Perguntas Abertas e Fechadas junto aos Moradores Pesquisados do N.F.R.L.....	115

INTRODUÇÃO

O primeiro contato com o programa de desfavelamento surgiu através da parceria que a Faculdade de Serviço Social de Bauru formou com a Prefeitura de Bauru, no ano de 1996, no qual, foi solicitado que se fizesse o levantamento de Bolsões de Pobreza, para a tabulação dos dados sobre quantas famílias estariam se integrando e se transferindo para o programa de desfavelamento. A importância desse projeto parecia atingir não somente a comunidade bauruense como também no âmbito internacional, pois esse empreendimento fez parte no habitat II 1996, em Istambul. Mas o que realmente chamou nossa atenção, foi o fato de que a Instituição Espírita Amor e Caridade, em 1998, pediu-nos que fizéssemos um levantamento sobre quantas crianças existiam no Núcleo Fortunato Rocha Lima e que quisessem fazer parte do projeto “Girassol” – na época da pesquisa o projeto Girassol fornecia reforço escolar no ensino fundamental e merenda. Quando fomos fazer a pesquisa, num sábado de manhã, tivemos a surpresa, na porta da faculdade de encontrar duas viaturas da polícia militar. Elas nos acompanharam até o Núcleo F.R.L. Indagamos o porquê daquele procedimento e nos foi revelado que no Núcleo havia um índice de violência muito alto e que seria necessário a interferência delas para garantir nossa segurança.

Foi então, nesse exato momento, que comecei a questionar sobre como estariam vivendo aquelas famílias contempladas pelo “maravilhoso” processo de desfavelamento e que tipo de relações sociais estariam se desenvolvendo no novo

espaço urbano a eles reservado. Que dificuldades poderiam estar enfrentando agora, distante das ameaças de desmoroamento de seus barracos e de enchentes que tanto colocaram em risco suas vidas e o que poderia estar se passando, para que fosse necessário a intervenção policial.

O presente estudo tem por objetivo conhecer e analisar as relações que se desenvolveram no Núcleo Fortunato Rocha Lima, a partir da sua elaboração enquanto construção, até o presente momento, tendo como instrumento de pesquisa a história oral dos moradores do Núcleo, fazendo uso de entrevistas abertas e fechadas, bem como o uso de um pré-teste, com o intuito de resgatar a memória da gênese do Núcleo F.R.L. e suas interações sociais, pois os contatos sociais e a interação constituem condições indispensáveis à associação humana.

Esses indivíduos, advindo de quatorze favelas distintas socializaram-se através dos contatos e da interação social, pois havia entre eles uma ação recíproca entre os habitantes daquele novo espaço: a de trabalharem juntos por suas casas e melhorarem sua qualidade de vida. Houve também uma tomada de consciência de que havia um estigma que os perseguia, de “ex-favelados” junto a ela uma exclusão que não os abandonava. Essa questão deveria ser trabalhada por todos os habitantes do novo Núcleo e a pesquisa versou sobre os tipos de luta que esses moradores tiveram que enfrentar e como, hoje, eles elaboram o seu cotidiano, para se não derrubar definitivamente, ao menos amenizar o estigma de “perigosos”, que tanto tem dificultado a interação com a sociedade bauruense mais ampla e seu contínuo processo de exclusão.

Assim, no primeiro capítulo, discutiremos de forma sucinta, as políticas habitacionais brasileiras e suas articulações entre capital-trabalho, pois estes são as molas propulsoras de uma sociedade moderna industrial.

O período que destacamos, abrange os últimos cinquenta anos, por ser justamente o mais importante na elaboração do ideário da obtenção da casa própria, usado como mecanismo de manipulação ideológica, a fim de manter o poder nas mãos de um pequeno grupo político. Para que o tema não ficasse solto e o capítulo

descomprometido com a realidade dos moradores do Núcleo F.R.L., em seu final, introduzimos os primeiros dados da pesquisa, fazendo um elo com a linha de pensamento traçado aqui.

Diante das considerações iniciais, no segundo capítulo, objetivamos a discussão de um termo de múltiplas interpretações: *exclusão*. Não se tem, é claro, a pretensão de esgotar o termo, pois este é amplo e profundo, mas a de levantar alguns questionamentos quanto à sua inferência na vida dos moradores do Núcleo F.R.L., pois inúmeros teóricos conhecedores da problemática da exclusão social, vêm esboçando verdadeiras teses sobre o assunto.

Como já citado acima, no decorrer desse capítulo, são introduzidos elementos da vivência ocorrida no Núcleo F.R.L., para que se possa ter claras as articulações existentes no Núcleo e averiguar como os habitantes vêm construindo sua realidade, mediante esse fenômeno chamado exclusão social.

No terceiro capítulo, recorre-se novamente à historiografia como meio de resgatar os dados mais importantes quanto à estrutura urbana na vida social dos brasileiros, nos últimos cinquenta anos, sempre mantendo a objetividade e o relato sucinto como forma de não perder o objeto de análise, mostrando como a exclusão social levou os habitantes do Núcleo F.R.L. a um segregado espaço urbano.

O quarto capítulo desdobra-se na pesquisa de dados qualitativos e quantitativos. A variedade desses instrumentos nos possibilitou de maneira surpreendente, superar os limites impostos pela própria situação na ambigüidade e imprecisões dos dados coletados. Nesse capítulo, passamos a conhecer os 10% da população pesquisada do Núcleo F.R.L., assim como esses habitantes viveram a gênese no Núcleo e como estão se articulando na sociedade bauruense, com os estigmas atribuídos a eles.

Quanto à metodologia aplicada, baseia-se em nosso referencial teórico que traz em seu bojo, uma abordagem dialética marxista, na qual a teoria gramsciana se expressa.

A escolha de uma técnica de investigação envolve um processo de reflexão e compromisso com a realidade.

“a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido..., portanto, busca-se a verdade de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória” (Meihy, 1996, p.41)

Assim, a análise dos dados envolve minucioso conhecimento do objeto, incluindo todos os detalhes históricos disponíveis, relativos ao desenvolvimento e investigação da coerência interna dos fatos. A forma do relatório segue roteiro próprio de acordo com o movimento do fenômeno estudado. Os fatos não são vistos isoladamente nem se explicam por relação de causa e efeito, mas são interpretados dentro de um contexto histórico das relações sociais analisadas de forma crítica. Os fatos são vistos como determinados pelas representações sociais e culturais que se expressam na vida cotidiana de seus representantes.

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, utilizamos diversas técnicas de obtenção de dados para a construção do nosso referencial empírico. Iniciamos nossas atividades com uma minuciosa coleta de dados no “Jornal da Cidade” e no “Diário de Bauru”. Infelizmente, na Prefeitura de Bauru bem como na COHAB-Bauru e no CDHU – Companhia de Desenvolvimento Humano Urbano, não foi possível encontrar nenhum documento oficial que demonstrasse o trabalho desenvolvido por esses órgãos e que tenha sido concluído conforme o projeto inicial.

Foram realizadas entrevistas com diversas pessoas ligadas, na época, ao poder público, como: assistente social, chefe da Defesa Civil de Bauru e políticos. A impossibilidade de contar com esses documentos oficiais, fez aumentar a importância das entrevistas. Localizamos uma colaboradora da época do desfavelamento, que nos contemplou com uma série de fotos, recortes de jornal e o

próprio projeto inicial que foi apresentado no Habitat II, em Istambul, na Turquia, que estavam em seu poder. Esses dados foram fundamentais para compreendermos a gênese do Núcleo F.R.L. Cabe ressaltar que as entrevistas dos moradores do Núcleo foram fonte riquíssima para a construção de sua história, bem como as estratégias de enfrentamento com a sociedade mais ampla bauruense.

1 A TRAJETÓRIA DOS SISTEMAS HABITACIONAIS NO BRASIL

1.1 Questões Embrionárias da Habitação

Neste capítulo discutiremos as políticas habitacionais brasileira, para que se possa entender alguns pontos fundamentais nas articulações existentes entre Estado-capital-força de trabalho e o sonho da casa própria, utopia criada pelo Estado, com o objetivo de garantir o seu poder dentro de uma estrutura capitalista, relacionando essas informações para nosso objeto de estudo: o Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima, Bauru-SP.

O problema habitacional não pode ser visto de maneira uniforme e genérica, pois ele decorre da história, onde marcam presença três elementos básicos: o capital, a força de trabalho e o Estado. Estes são elementos fundamentais que serão abordados no trato da questão habitacional. É da combinação histórica destes elementos, que resulta a situação habitacional, ou seja, para compreendermos esse problema não podemos prescindir das dimensões econômicas, sociais e políticas, pois segundo Peruzzo (1984, p. 22), é do processo constitutivo de nossa sociedade que emana o problema habitacional .

O fenômeno habitacional brasileiro contextualizado na década de 40, marca o início de organizações embrionárias, interessadas em sanar o problema da casa própria nas camadas menos favorecidas. Como nos mostra Peruzzo, com o aumento da remuneração de uma parcela maior da população urbana, criam-se possibilidades para a geração de condições de reprodução da força de trabalho, dentre elas, a casa própria (1984, p. 33-34).

Durante o governo Dutra (1946-1951) reestruturou-se um projeto de intervenção direta nas favelas do Distrito Federal, na época com sede no Rio de Janeiro (R.J) através da fundação Leão XIII, criada em 1947 com o objetivo de frear o avanço do comunismo (Azevedo 1982, p.19-20). No período de 1947 à 1954, essa fundação atuou em trinta e quatro favelas, criando o Centro de Ação Social, com ambulatorios e cerca de oito escolas. Além dessa atuação assistencialista, esse órgão interferiu no processo de urbanização da maioria dessas favelas, facilitando a instalação de água, luz e esgoto.

Enquanto ocorre a repressão ao Partido Comunista, de penetração popular, o novo governo (1946) procura-se legitimar e ter penetração junto aos trabalhadores urbanos, mediante a possibilidade de aquisição da casa própria. Esta, apesar da oferta restrita - 16.964 casas construídas entre 1946 a 1960 - (Azevedo & Andrade, 1982 p.33) serve como instrumento paternalista por parte do Estado: o fato da procura ser muito superior à oferta, os candidatos à moradia poderiam se tornar submissos aos órgãos públicos, gerando um clientelismo de largas proporções.

Nesse mesmo período, alguns intelectuais, como o jornalista Carlos Lacerda, iniciam a discussão nas estações de rádio e nos jornais sobre a necessidade de se considerar as favelas como um problema nacional, não meramente local e sem expressividade.

Em nível nacional é criada a *Fundação da Casa Popular* (Azevedo & Andrade, 1982, p. 19-54) instituída pelo Decreto-Lei nº 9.218, de 1º de maio de 1946, voltada para a provisão de residências para população de baixa renda.

Para Peruzzo, a *Fundação da Casa Popular* surge ao término de um governo populista, quando o partido comunista está em ascensão e o capital estrangeiro encontra facilidades para abastecer o mercado brasileiro dos mais diversos bens de consumo, fazendo diminuir as possibilidades de acumulação, por parte do capital nacional nos setores em que surge a concorrência (1984, p. 34-35).

A casa própria se apresenta para o Estado como um meio para a manutenção do “status quo”. Ainda que não apresentando solução em nível amplo, ela se torna para o poder público um instrumento de barganha em relação às camadas populares urbanas.

As questões levantadas por Peruzzo nos levam a refletir sobre as questões embrionárias da habitação popular, na medida em que essa poderia vir a modificar o comportamento individual e social do trabalhador, que sonhava com a aquisição da casa própria. O Estado ampliou o capital e desenvolveu a indústria civil, mas, acima de tudo, viu na habitação popular um dos meios de legitimar o sistema político calcado nos anseios populares.

Com o término da ditadura do Estado Novo (1945), o país encerra um período de democracia restrita e vive em democracia ampliada. O Estado passa a ser mais sensível aos interesses populares, o que pode ser expresso pelo aumento do salário mínimo.

A década de 50 não é muito significativa no panorama histórico das políticas habitacionais, pois se caracteriza como um momento de inércia nos projetos sociais. A partir de 1950 constata-se um declínio na construção de conjuntos habitacionais, decorrência da diminuição dos recursos sociais provocada pelo aumento da inflação, enquanto permanecem fixas as prestações das casas. Em contrapartida, constata-se o fenômeno crescente do clientelismo e do favoritismo na distribuição das moradias, empregadas como instrumento de esvaziamento de pressões contra o Estado. Verifica-se, também, a redução do tamanho tanto dos conjuntos residenciais quanto das próprias unidades

habitacionais. Essa redução tinha o objetivo de assegurar a manutenção da base política do Estado perante a crescente escassez de recursos (Silva, 1989, p.4 - 43).

Com a morte de Getúlio Vargas, em 1954, há um ajustamento das questões sociais. Quem assume a presidência é João Café Filho (1954- 1955), que propicia a ascensão à presidência do Sr. Juscelino Kubitschek (1956-1961). Preocupado em modernizar rapidamente o país, J.K. investe em projetos monumentais e dispendiosos como a construção de Brasília e em incentivos para a expansão do parque industrial, buscando empréstimos no exterior, para concretizar as suas metas. Dessa forma, privilegia-se o setor industrial em detrimento das necessidades de moradia e bem estar social¹.

A produção de moradias por parte desses organismos não se dá num montante demandado pelos filiados. Ocorrem distorções, como o protecionismo. No entanto, estes organismos criados pelo Estado para a defesa dos interesses dos trabalhadores (como a possibilidade de ter a casa própria) são instrumentos de controle sobre a força de trabalho. As portas da casa própria abrem-se ao trabalhador, desde que ele seja filiado aos institutos ou sindicatos e que as lutas para a defesa de seus interesses ocorram através dos canais que foram criados pelo Estado em defesa dos interesses das classes dominantes. Esta estratégia pode fazer com que os conflitos de classe sejam adiados, mas não eliminados.

1.2 Política Habitacional como manutenção do poder

Silva (1989, p.48) enfatiza que a análise da trajetória da Política Habitacional Brasileira (PHB) desde a criação do *Banco Nacional da Habitação*

¹ Em seu governo J.K. abriu algumas possibilidades de solução para o problema da habitação dos trabalhadores sindicalizados. Caixas, institutos, sindicatos, passam a organizar sistemas de construção e venda de moradias para os membros de sua categoria.

(BNH)) através da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964 ², que instituiu também o *Plano Nacional de Habitação* e o *Serviço Federal de Habitação e Urbanismo*, evidencia a tentativa do Estado autoritário brasileiro de conciliar a necessidade de sua legitimação perante a sociedade, para justificar as “boas intenções” que o levaram ao golpe de 1º de abril de 1964, e evidencia também às necessidades das massas populares, de um lado e do desenvolvimento econômico, de outro. Nesse jogo de intenções, afloravam os interesses de classes, os interesses da classe dominante, representados pelo capital financeiro, pela indústria de material de construção e pela indústria civil; os interesses das classes médias que emergem com a estruturação do modelo do capitalismo monopolista em implantação no país; e a carência de um exército industrial de reserva, constituído de grande contingente de trabalhadores que não tem acesso ao setor de produção capitalista e se insere no denominado setor informal da economia.

“A trajetória da PHB precisa ser considerada nos diversos momentos da conjuntura econômica e política do país, onde se dá o confronto entre os interesses da classe dominante, os interesses das classes médias, a necessidade de legitimação e estabilidade política do regime e a carência do segmento populacional de baixa renda, que vê frustradas, nesse confronto de interesse e de poder...” (Silva, 1989, p. 43).

Dados importantes trazidos por Silva (1989, p. 52) esclarecem sobre a criação do BNH e a sua relação com a PHB. Essa inovação se expressa fundamentalmente por quatro aspectos: a PHB passa da administração das caixas de pecúlio e órgãos previdenciários para ser administrada por um banco; os financiamentos a serem concedidos são protegidos da inflação, através da correção monetária; o Sistema se operacionaliza através da articulação do setor

² Extinção do BNH, por decreto assinado em 21 de novembro de 1986.

público, enquanto financiador e do setor privado, enquanto intermediário e executor final da política habitacional; o Sistema se efetiva por uma política de centralização normativa e descentralização executiva. Esses quatro aspectos colocam em evidência dois elementos marcantes da PHB: sua racionalidade econômica-administrativa, sustentada por uma ótica empresarial e a ausência dos subsídios para habitações das populações mais carentes, o que se torna mais grave por essa política ter sido formulada num contexto de arrocho salarial, assim como a intensificação da super exploração do trabalhador.

O BNH põe fim ao clientelismo existente nos sistemas habitacionais anteriores e sua sistematização de atuação apóia-se numa política centralizadora em suas normas e descentralizadora na operacionalidade de sua execução, o que nos remete a um olhar mais atento quanto às suas verdadeiras articulações.

O BNH é transformado em empresa pública, com a justificativa de buscar maior flexibilidade administrativa, tendo em vista maior capacidade operacional no desenvolvimento dos programas. Assume a posição de banco de segunda linha, de modo que todos os empréstimos para financiamento da casa própria passam a se fazer através de uma rede de agentes financeiros, que se amplia por todo o país, criando oportunidade para maior interveniência do setor privado nas operações do PHB (Silva, 1989, p. 61-62).

Em 1974, são tomadas medidas de grande alcance para atrair clientela certa e segura e para garantir a estabilidade do Sistema. Entre essas medidas, merece destaque: diminuição das taxas de juros para o mercado popular que era de 4% a 6%, para 1% a 3% ao ano. Essa medida implica a ampliação do prazo de pagamento do imóvel financiado de 20 para 25 anos, garantindo-se uma prestação mais baixa para o mutuário às custas de um compromisso ampliado com o Sistema Financeiro da Habitação. O BNH passa a financiar a totalidade dos recursos necessários à produção promovida pelas COHABs (Companhia de Habitação), Cooperativas e Institutos, além de antecipar o financiamento para as

construções e ampliar sua participação nos financiamentos concedidos pelas COHABs.

No contexto dessas medidas, tomadas em 1974, talvez a de impacto mais favorável sobre as transações do BNH tenha sido a extensão do mercado popular atendido pelas COHABs, ampliando-se o limite máximo para atendimento de três para cinco salários mínimos, aumentando o financiamento concedido para até 500 UPCs. Além de favorecer a classe média com a ampliação do mercado potencial, foi adotado maior rigor na seleção dos candidatos à casa própria, exigindo-se documentos oficiais para a comprovação de renda.

Essa exigência transformaria o mercado popular, na medida em que permitiu ao BNH selecionar “melhor” sua clientela, afastando cada vez mais a população de menor poder aquisitivo, sendo notória a “elitização” dos conjuntos populares, que passam a abrigar uma população de operários qualificados, funcionários públicos e técnicos de nível superior. Essa situação, conforme Silva (1989, p. 63) é agravada com a valorização excessiva dos terrenos urbanos e a elevação do material de construção muito acima da correção monetária, principalmente no período de 1973-1974.

Peruzzo (1984, p. 24-42) verifica que nas iniciativas públicas de construções de habitações, a oferta de moradias para a satisfação de necessidades humanas fica em posição secundária. Permanecem, porém, mais claros os objetivos buscados no que se refere ao controle social e à legitimação do Estado. O objetivo central das iniciativas estatais é a criação de condições favoráveis para a reprodução e ampliação da acumulação do seu capital. Dessa forma, o Estado pauta suas ações em conformidade com a história dos embates entre capital e trabalho, preocupando-se em manter o capital em patamares estáveis Peruzzo (1984,p.42).

Podemos observar que o BNH desvia-se do objetivo primeiro que era atender as classes menos favorecidas, priorizando a geração de lucro expressa pela

indústria da construção civil, deixando para as COHABs o papel de “benfeitora” na satisfação dos anseios das classes populares. As COHABs também desviam-se de suas premissas sociais e passam a mudar a sua clientela, assim como o BNH, como mostra Silva:

Todavia, o dinamismo da PHB, nesse período só se tornou possível devido à tendência de as COHABs privilegiarem as faixas de salários mais altos do mercado popular, situados entre três e cinco salários mínimos, com maior rigor na seleção da clientela a ser atendida. (1989, p. 68)

A partir da consideração de Singer sobre a cidade como sede do poder e, portanto, da classe dominante, entende-se de que forma as classes menos favorecidas ocuparam o espaço urbano. Os grandes centros são palcos de concentração de riqueza de inovações e decisões, desfavorecendo a essa população a aquisição de bens e serviços (1998, p. 8)

1.3 Crises Econômicas redirecionam a Política Habitacional Brasileira

No início de 1983 o Brasil assinou com o F.M.I. (Fundo Monetário Internacional) uma carta de intenções, na qual se obrigava a cumprir algumas cláusulas. Este contato envolvia a redução de crédito, do *deficit* público, dos subsídios, a desvalorização da moeda e, ainda, restrições ao aumento de salários. Neste mesmo ano, o Brasil assinou outros três documentos semelhantes, reforçando o compromisso que assumira com essa agência internacional.

O governo brasileiro controlava com mais rigor as negociações salariais e, através de leis, estabelecia metas para diminuir o valor dos salários, além de distribuir as perdas entre as diversas faixas salariais. Estas medidas agravaram ainda mais a situação sócio-econômica do país, provocando tensões entre os trabalhadores e o Estado. As greves da década de 80 não atingiram somente os setores operários; ao contrário, estenderam-se a professores, médicos, motoristas, funcionários públicos, engenheiros, bancários e outros; todos protestavam contra os baixos salários, as demissões em massa e reivindicavam aumentos, estabilidade de emprego e respeito aos sindicatos. Rodrigues (1992, p.42)

A inflação de 1983 atingiu o índice de 211% ao ano. O único setor da economia que cresceu, foi o agrícola, com 2,1% em razão do cultivo de produtos de exportação: soja, café e cacau. O controle do *deficit* público agravou a situação das indústrias de construção civil, comunicações e transportes, que dependiam diretamente das encomendas dos setores públicos; tal fato provocou o desemprego crescente.

Em 1983, a dívida externa atinge o montante de US\$ 95 bilhões, agravando ainda mais a situação dos trabalhadores nacionais. Naquele ano a inflação computada nos quatro primeiros meses chega a 38%. Nas grandes e médias cidades, os desempregados reagem, promovendo passeatas e protestos que geralmente terminavam com saques a supermercados. Na área rural, a situação não é diferente, pois eram constantes os conflitos de terra e a greve de bóias-frias.

Em 1984 a inflação atinge 223,8% ao ano, aumentando o descrédito do governo junto à população, principalmente quando chegava ao conhecimento da sociedade informações sobre vários escândalos financeiros, envolvendo empresários e banqueiros favorecidos pelas medidas econômicas do governo.

Em abril de 1985, José Sarney assume o cargo de presidente da República do Brasil. Entre as reformas sociais por ele propostas, encontra-se o Plano Nacional de Reforma Agrária, anunciado em junho de 1985, mas só aprovado por decreto em outubro do mesmo ano. No legislativo, o Plano sofre várias

emendas e a oposição sistemática dos políticos da ala conservadora, a maioria deles proprietários de terra. Esse Plano ineficaz contribuiu para o crescimento dos conflitos de terra, sobretudo nas regiões Oeste e Norte do país.

O presidente José Sarney herda a maior dívida externa do mundo naquele momento, cerca de US\$ 115 bilhões. Rodrigues (1992, p.45)

As crises econômicas de 1983 a 1985 são transferidas para a “Nova” República que, atrelada às oscilações dos mercados externos e dos bancos estrangeiros, não consegue frear a dívida e “mergulha” numa aguda crise financeira comprometendo a PHB (Política Habitacional Brasileira).

A nova realidade provoca o não atendimento de grande parte da demanda, permitindo o ressurgimento do favoritismo, tão criticado pelo BNH nos seus primórdios, e propiciando maior seletividade da clientela atendida (Silva, 1989, p. 69). Vale ressaltar que o BNH nunca construiu casas, sua função consistia em aprovar e financiar os projetos elaborados por outros órgãos e, às vezes, fiscalizá-los (Silva, 2001, p.19).

No ano de 1984, o BNH dirige-se essencialmente para o desenvolvimento de mecanismos voltados para salvar o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) da crise financeira e dar-lhe credibilidade, sendo adotadas medidas, cuja lógica fundamental foi empurrar o ônus da crise para o futuro, transferindo-o para o mutuário e para a sociedade de modo geral. Para a mudança de imagem de um Sistema totalmente desacreditado pela sociedade.

Os recursos para o financiamento das chamadas “casas populares” eram oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) “uma contribuição patronal sobre 8% dos salários do mercado de trabalho formal”. Além do FGTS, o BNH também podia dispor das cadernetas de poupança voluntárias, para viabilizar o financiamento de habitações Silva (2001, p.19).

Nessa época, elabora-se a idéia de transformação do BNH em banco de Bem-Estar Social e toma corpo a estratégia de abaixar os custos da habitação popular, através da institucionalização do mutirão e da auto-construção.. A preocupação

básica é, através da modernização e adequação à conjuntura, preservar a estrutura do sistema e seus ativos, o que significa manter suas marcas fundamentais: auto-sustentação, privatização, elitismo e centralismo, embora o elitismo voltasse a ser marcado pelo discurso social e o centralismo já começasse a ser percebido como inflexibilidade que, cada vez mais, se tornava incapaz de dar conta da complexidade da realidade brasileira, além de dificultar a participação financeira dos Estados e municípios nos programas habitacionais, ditos de interesse social.

Segundo Silva (2001, p.25) as Cohabs são frutos da criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Elas tinham como funções, o planejamento, financiamento, a produção e a comercialização dos projetos habitacionais direcionados à população de baixa renda. Suas atribuições abarcavam abertura de licitações para construção de empresas de construção civil, fiscalização das obras, a seleção dos futuros mutuários e o recebimento das prestações das habitações.

Em síntese, as Cohabs enquanto órgãos executores da política habitacional federal para o mercado popular de habitações, tinham o poder para adaptar e implementar, nas várias regiões em que atuava, os regulamentos formulados pelo BNH (Idem, 2001, p. 25).

Em 1985, com a inauguração da denominada “Nova” República, a política habitacional é identificada, inclusive pelo Estado, pelo distanciamento entre os objetivos confessos e os reais e com um sistema de sustentação financeiro falido, além da existência de inúmeros conjuntos problemáticos, elevado estoque de imóveis financiados pelo SFH sem comercialização e inadimplência generalizada. A conjuntura política, de forte pressão popular, faz o novo governo anunciar o resgate da dívida social enquanto um compromisso assumido nas praças públicas, o que não impede que a PHB seja colocada, durante os três primeiros anos da “Nova” República, em compasso de espera, marcado por

paralisações, indecisões, lentidão e providências isoladas, o que tem representado verdadeiro retrocesso, pelo baixo desempenho de 1985, 1986 e 1987.

Nessa conjuntura, a PHB, direcionada para as classes populares aprofunda a estratégia de institucionalização do mutirão e da auto-construção, sob a máscara da participação popular, cuja preocupação é baixar os custos e dar a impressão à sociedade de que o Estado estava preocupado com os problemas sociais, mesmo que o alcance quantitativo (sem falar do qualitativo) dessa preocupação fosse insignificante face à dimensão do problema.

Em termos de PHB, ela tem sido pautada pela insuficiência, precariedade, exclusão e autoritarismo, pelo emprego, explícito ou velado, da repressão e do controle, sendo que os modelos clientelísticos e empresarial adotados, têm se revelado insuficientes e inadequados, ao transformarem a habitação e infraestrutura urbana numa dádiva conquistada pelo favor ou numa mercadoria inacessível ao poder aquisitivo de uma força de trabalho que, ao situar-se num país em desenvolvimento, tem sido super explorada em nível interno e externo. Mesmo incorporando o discurso e as propostas dos movimentos sociais populares e dos críticos, a PHB não tem passado de um artifício que é acionado nos momentos de crise econômica, como fator de legitimação do poder político e até com fins eleitoreiros. Ao se direcionar para os setores de menor renda, a PHB tem sido representada, historicamente, por algumas ações, esparsas e insignificantes face à dimensão do problema, além de mostrar um caráter autoritário ou omissivo, sendo que os programas alternativos, sucessivamente substituídos, procuram dar a impressão de que é possível resolver o problema habitacional no âmbito do sistema capitalista brasileiro (Silva, 1989, p. 185).

O conjunto habitacional, ou seja, a construção de casas uniformes, situa-se no interior da trama das relações sociais capitalistas, onde as classes se posicionam antagonicamente. Sua compreensão passa pela compressão da sociedade que a engendra. Seu estudo revela que a singularidade de tais habitações traduzem a

universalidade das relações sociais, onde capital, trabalho e Estado se articulam para responder aos interesses em conflito.(Peruzzo, 1984, p. 123). A satisfação efetiva ou simbólica de necessidades das classes subalternas e o poder de persuasão e coerção exercido sobre elas, geram cumplicidade entre os opostos. Os antagonismos são escamoteados, sem que sejam resolvidos.

A mudança na correlação de forças no seio da sociedade, altera a cumplicidade entre capital e trabalho, mediatizados pelo Estado, e transforma a configuração da habitação de conjunto.

A habitação de conjunto concretiza a dominação de classes, mas dela nascem gestos de negação da exploração (Peruzzo, 1984, p. 124).

1.4 Gênese e Formação do Fortunato Rocha Lima

Bauru localiza-se a 340 km da capital do Estado de São Paulo, com uma área de 675,2 km², possuindo uma população de 315.835 hab.

O Núcleo Fortunato Rocha Lima situa-se na região noroeste de Bauru, tomando como ponto de referência o centro da cidade. O núcleo foi formado a partir de um processo de desfavelamento ocorrido na referida cidade.

As entrevistas abaixo de José Álvaro de Brito e Maria Terezinha de Oliveira foram realizadas na residência da assistente social, no dia 10 de setembro de 2002.

A entrevistada Maria Terezinha de Oliveira, assistente social aposentada, que atuou na Secretaria do Bem-Estar Social, enfatizou que no período de 1991 a 1992, foi realizado na cidade de Bauru, sob sua coordenação, um levantamento sócio-econômico sobre as favelas dessa cidade e os moradores que nelas habitavam. O objetivo desse trabalho era identificar as favelas consideradas áreas de risco, sujeitas a

inundações freqüentes e desmoronamentos. A pesquisa constatou doze favelas nesta situação e duas que não ofereciam perigo a seus moradores: Parque Jaraguá, Jardim Andorfato, São Manuel, Jardim Marise, Jardim Flórida, São João, Filomena, Vila Garcia, Jardim Ivone, Ferradura Mirim, Parque das Nações, Vila Zilo, Jardim Nicéia, Jardim Vitória, Jardim Yolanda e Parque Real.

Apesar dos dados coletados estarem defasados, estes serviram para a elaboração do projeto de desfavelamento, que somente ocorreu em 1994.

De acordo com o segundo entrevistado, o Sr. José Álvaro de Brito, coordenador da Defesa Civil do Município de Bauru, no ano de 1994, duas favelas, por não se enquadrarem no objetivo do projeto (São João e Vila Garcia) contestaram a sua não integração. A favela São João entrou com um processo de reintegração de posse, pois a Prefeitura utilizaria essa área para a construção de uma praça, hoje denominada "Praça do Penta". Brito enfatiza que os moradores da favela São João moveram um processo contra a Prefeitura, esta, resolveu assinar um "Termo de Conduta" com o Ministério Público para inserir as favelas São João e Vila Garcia que eram consideradas regiões de risco no processo de desfavelamento.

A Prefeitura utilizou uma área da região noroeste de Bauru, em processo de desapropriação, para implementar o projeto de desfavelamento, dando-lhe o nome de Fortunato Rocha Lima.

Para o local do futuro núcleo, foram deslocadas 120 famílias oriundas das quatorze favelas, para construírem, inicialmente, 60 casas, embora o projeto contemplasse a construção de 547 habitações.

A Prefeitura fez a terraplenagem e os alicerces, sendo que os blocos eram confeccionados pelos reeducandos do Instituto Penal Agrícola Professor "Noé Azevedo" (I. P.A) de Bauru e o transporte feito pelos caminhões da Prefeitura por um acesso aberto clandestinamente até o núcleo Fortunato Rocha Lima, local próximo ao IPA.



O projeto da Prefeitura era construir uma casa modelo que servisse de referência para os demais moradores, além de oferecer cursos para as famílias que trabalhavam nas construções das casas: formação de pedreiros, auxiliares de pedreiros e encanadores, que seriam ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em parceria com ela. Infelizmente, segundo o entrevistado Álvaro José de Brito, esse acordo não se concretizou e, além disso, numa segunda etapa da construção, os reeducandos do IPA foram utilizados como mão-de-obra.

Outro entrevistado, o Sr. Joaquim Costa (Joaquinzinho), que no período de 1994 a 1998 exercia o cargo de Venerável ³ da Loja Maçônica “Antônio Francisco Lisboa”, também conhecida como “O Aleijadinho”, situada na Avenida Rodrigues Alves, quadra 7-62, em Bauru, narrou uma história em alguns aspectos semelhantes aos depoimentos da assistente social Maria Terezinha de Oliveira e Álvaro J. Brito. Segundo ele, o projeto para a construção do Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima nasceu de uma experiência que ele presenciou em Goiânia, em 1960, durante o governo de Osires Resende Machado (1962-1967)⁴ que, enquanto prefeito dessa cidade, implantou e concretizou o projeto “Vila Redenção”, a partir de mutirão formado pelas classes desfavorecidas do município.

Com base nessa iniciativa e após uma forte enchente, no início de 1994 que atingiu diversas favelas de Bauru, o Sr. Joaquim Costa, juntamente com o prefeito Tidei de Lima, cogitaram a possibilidade de um processo de desfavelamento que agruparia ex-favelados num mesmo espaço, que viria, posteriormente, a ser denominado “Fortunato Rocha Lima,” referência ao nome do pai do prefeito que, inclusive, pertenceu à comunidade maçônica.

O departamento de assistência social da Prefeitura cadastrou os favelados e o Sr. Alcides Franciscato, dono da empresa de transportes Expresso de Prata, fez

³Venerável corresponde ao cargo de presidente na Maçonaria.

⁴Cassado em agosto de 1964, não tendo, portanto, concluído seu mandato.

o contato com o então Governador Luís Antônio Fleury Filho e cedeu seis ônibus para o transporte de cerca de trezentos favelados, para uma reunião com o Governador do Estado de São Paulo em 1994.

O Governador comprometeu-se com a verba para a compra do terreno e parte do material que seria utilizado na construção de seiscentos e cinquenta casas. A Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) também participou do processo de implantação do núcleo com a cifra de vinte e cinco por cento do valor das casas, que equivalia, na época, a três mil reais por moradia.

O Sr. Joaquim Costa reuniu as dez Lojas Maçônicas da cidade na sede da Avenida Rodrigues Alves, 7-62 e propôs que cada Loja Maçônica assumisse o encargo da construção de sessenta e cinco casas. Entretanto, nove Lojas não aderiram ao projeto, justificando suas participações em outras atividades sociais. Perante essa recusa, o venerável da Loja Maçônica “O Aleijadinho” busca e recebe apoio de outras associações e instituições como Lyons Clube, Liga Católica da Paróquia Santo Antônio, dos supermercados Moreira e Santo Antônio e da empresa Souza Reis, sendo que esta última colaborou oferecendo verduras, legumes e outras hortaliças, cultivadas na sua própria horta, durante todo o período de construção do Núcleo.

A loja maçônica do “Aleijadinho”, com o apoio das associações e instituições já citadas, assumiu primeiramente, a responsabilidade pela construção de 65 casas, distribuídas pelos dez lotes. Construiu, inclusive, o barracão que abriga o projeto “Girassol”.

O Sr. Joaquim Costa, em seu relato, salienta a participação maciça das mulheres e crianças e alguns homens, que durante as tarefas nos finais de semana, foram deixando sucessivamente de comparecer nas obras, ora por estarem embriagados ora por estarem detidos.

Este lento processo de luta pela construção do Núcleo Fortunato Rocha Lima estendeu-se de 1995 até o início de 1997, quando foi pedida a ajuda do Instituto



Penal Agrícola Professor “Noé Azevedo”, de Bauru, situado na rodovia João Ribeiro de Barros, Km 343, sob a direção do Dr. Edilson Neves Araújo Valim. Ele concordou em colaborar com a mão-de-obra não paga, colocando à disposição de segunda à sexta-feira seus reeducandos, que se encontravam em regime semi-aberto. Convém ressaltar que o amparo legal rege que para cada três dias trabalhados, o recluso tem o benefício de um dia descontado da pena, conforme o artigo 126 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, que trata do instituto da remição da pena.

Com essa mão-de-obra, os trabalhos foram acelerados, mesmo assim o prefeito Tidei de Lima inaugurou o Núcleo Fortunato Rocha Lima, no dia 1º de Agosto de 1997, um ano antes do término de seu mandato, sem que as obras fossem concluídas. Os prefeitos Antônio Izzo Filho e Nilson Costa não deram continuidade ao término do Núcleo⁵. (Entrevista realizada no dia 17 de maio de 2002, na Seguradora Perfect Libert).

Guardadas as devidas diferenças políticas e econômicas dos períodos aqui enfocados, a histórica trajetória do sistema habitacional vem se sustentando com as mesmas estratégias de manutenção do poder, atingindo todas as esferas: Federal, Estadual e Municipal.

Essas políticas habitacionais aqui mencionadas, estruturadas por interesses diversos, inclusive em função da autopromoção de alguns dirigentes, também se refletem na realidade de Bauru, sobretudo na organização do Núcleo Fortunato Rocha Lima.

⁵ Infelizmente, não localizamos nenhum documento que mencionasse o número de casas entregues no dia da inauguração.

A entrevista realizada com a professora Catarina de Carvalho Teixeira, ocorreu na APIECE - Associação de Pais para Integração Escolar da Criança Especial, no dia 18 de outubro de 2002.

A professora Catarina de Carvalho Teixeira, iniciou a entrevista explicitando que na época do projeto de desfavelamento, exercia o cargo de Coordenadora Educacional, nomeada pelo então prefeito Tidei de Lima, no mês de agosto de 1993. Este cargo propiciou à Coordenadora exercer várias funções: realizar trabalhos na área social, coordenar projetos e, com a ajuda do engenheiro José Cardoso Neto, contatar com entidades e clubes de serviço de Bauru, e inclusive, lidar com uma verba “enxuta”, isto é, com poucos recursos financeiros, que seriam destinados à construção de 572 casas.

Em 20 de setembro de 1993, na sala da COHAB, ocorreu a primeira reunião com os representantes de clubes, instituições e pessoas independentes que ajudariam na implementação do projeto. Desse encontro, resultou a primeira Ata do Projeto de Desfavelamento. Uma outra reunião, agora com a presença do Prefeito, ocorrida em 27 de setembro do mesmo ano, numa sala da Prefeitura, discutiu-se com mais detalhes as participações ou as parcerias que seriam feitas com os segmentos da sociedade bauruense, para o início efetivo do desfavelamento.

Para Catarina de Carvalho, o projeto para seu êxito estava calcado em três pilares fundamentais: **a iniciativa política, o apoio das entidades e clubes de serviços de Bauru, e os moradores da favela que constituiriam a mão-de-obra no multirão.**

Segundo seu depoimento: *“Eu fui tudo: professora, educadora, assistente social, amiga e relações públicas”*.

Sua meta era conseguir apoio de católicos, evangélicos, espíritas, budistas e outras pessoas representativas da sociedade. Essas entidades dividiram-se na arrecadação de alimentos e apoio moral, além do auxílio financeiro da Prefeitura e do Estado.

O engenheiro José Cardoso Neto projetou a construção de cozinhas-piloto que funcionavam em casas-pilotos (número de casas não mencionadas pela entrevistada) escolhidas para abrigar cerca de sessenta e seis pessoas. As “mulheres desfaveladas”, com mais de sessenta anos, eram chamadas para cozinhar e as mais jovens, embora também ajudassem na preparação dos alimentos, eram direcionadas para a construção, e outras, para aprender noções de higiene doméstica e a manusear os objetos de uso cotidiano, como: forno a gás, que segundo a entrevistada, desconhecido da maioria das mulheres do projeto.

Conforme relato da professora Catarina, *“o número de mulheres na obra superava o número de homens; tal fenômeno ocorreu porque a mulher sempre pensa na perpetuação da espécie e nas possibilidades de colher com mais conforto a sua prole”*.

O mutirão transformou-se num espaço de socialização, pois nesse lugar homens e mulheres riam, cantavam e alimentavam-se de uma comida substancial. Para Catarina, a grande contribuição desse projeto centra-se na valorização humana, ou seja, aqueles que realmente trabalharam no projeto desejavam resgatar a auto-estima e conseqüentemente, a cidadania. As utopias desses moradores mostravam-se cada vez mais próximos da realidade, pois parecia estar a seu alcance essa nova perspectiva de vida.

A entrevistada ressaltou que o processo de desfavelamento foi longo e árduo, entretanto, fazia-se necessário naquela época.

Infelizmente, o projeto não foi concluído na sua totalidade, pois várias propostas nem sequer foram iniciadas, tais como: parceria entre o Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais - Centrinho, a Faculdade de Odontologia de Bauru e a Regional da Seicho-No-Ie de Bauru na construção de um Centro de Prevenção Odontológica, Visual e Auditiva, escola de Ensino Fundamental e Médio, Núcleo Profissionalizante do SENAC - Serviço Nacional do Comércio e outros. Podemos afirmar que tanto o Prefeito Tidei de Lima



quanto os dois subseqüentes - Antônio Izzo Filho e Nilson Costa - não se preocuparam em dar continuidade ao projeto.

O compromisso assumido com a sociedade bauruense, mais especificamente com os moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima, não foi cumprido; dos três pilares de sustentação do êxito do projeto – citado anteriormente pela professora Catarina - somente dois fizeram a sua parte, as entidades existentes no Núcleo e os moradores das quatorze favelas que acreditaram que poderiam mudar a sua realidade.

Como podemos perceber, os quatro entrevistados, forneceram dados importantíssimos que esclareceram a origem do Núcleo Fortunato Rocha Lima, desde sua idealização até sua construção. Todos foram unânimes em afirmar a importância do papel feminino das mutirantes na construção do Núcleo, assim como das entidades que se fizeram presentes na época da construção e que se encontram no local até hoje. Salientaram também a participação dos reeducandos do IPA, como mão-de-obra fundamental no processo de aceleração da obra, a fim de que esta pudesse ser inaugurada em 1997, no término do mandato do então prefeito Tidei de Lima; porém, a obra não foi concluída.

Cada entrevistado contribuiu com um fato novo que auxiliou na história do Núcleo, bem como de seus moradores e colaboradores. Os relatos elucidaram as articulações do setor político na esfera estadual e federal, bem como os órgãos que somaram parceria como: CDHU e COHAB de Bauru.



2 HISTORICIZANDO OS NOVOS PARADIGMAS DAS MAZELAS SOCIAIS

Nas décadas de 60 e 70, o termo exclusão surgia nas discussões acadêmicas sob a denominação de desigualdade social, intimamente relacionada ao conceito de pobreza. Nascimento (1995, p.24) um dos grandes estudiosos desse tema, prefere nomear esse fenômeno de “nova exclusão social”.

Para os estudiosos dos problemas sociais, a pobreza no campo era resultado do maciço êxodo rural para as cidades do Sudeste, decorrência das migrações internas que esvaziavam a zona rural das regiões Nordeste e Norte e, conseqüentemente, superlotavam cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Acreditava-se, nesse período, que os problemas urbanos, como moradia, mendicância, delinquência e violência eram o resultado inevitável desses processos migratórios, visto que as cidades foram invadidas por uma massa popular rural, que tentava adaptar-se ao cenário urbano. As migrações maciças para os centros urbanos estimularam a elaboração de inúmeros estudos sobre as favelas, a partir de ângulos teóricos diversos: funcionalistas, estruturalistas e economicistas.

O chamado “*Milagre Econômico*” uniu os militares e setores conservadores em torno de “falsas soluções” para as questões sociais, entre elas, as propostas habitacionais para os setores populares (Banco Nacional de Habitação e Sistema

Financeiro de Habitação); controle da vida sindical dos trabalhadores, achatamento salarial como forma de combater a inflação e repressão política.

As décadas de 80 e 90 trouxeram uma nova reformulação do projeto ético-político, enquanto a economia, seguindo o padrão mundial do neo-liberalismo, intensificou as desigualdades sociais.

Os novos paradigmas do Estado levaram a uma discussão social, identificada por alguns como uma “nova questão social”.

Para entendermos melhor o termo exclusão, na sua configuração mais moderna, faz-se necessário contextualizá-lo, a fim de compreendê-lo no tempo e espaço em que ele ocorre.

Segundo Nascimento (1995, p. 24), tem-se atribuído a Renér Lénoir essa nova interpretação sobre o tema exclusão social, surgida em 1974. A obra desse autor teve o mérito de suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social, cuja origem deveria ser buscado no princípio do funcionamento das sociedades modernas. Dentre suas causas, destacam-se o rápido e desordenado processo de urbanização, a falta de acesso ao patrimônio e ao trabalho regular, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional ⁶, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços.

Outros teóricos ⁷ acrescentam a crise identitária ao estado de exclusão social, afirmando que não se trata de fenômeno marginal referido unicamente ao subproletariado, mas de um processo em curso que abrange cada vez mais todas as camadas sociais, pois entende-se como excluído aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, visto como ameaça à sociedade.

⁶ Desenraizamento causado pela mobilidade profissional: quando o indivíduo é obrigado a desempenhar funções diferentes, inclusive, em outros lugares por não conseguir manter-se na sua profissão.

⁷ Goffman (1988), Castel (1995), Antunes (1999), Stein (1997), Sposati (1996).

De acordo com Martins, o sistema capitalista desenraíza e exclui a todos, para incluí-los segundo suas próprias regras e lógica, num outro contexto. A problemática social está justamente nessa inclusão, porque não cria mais os pobres que conhecíamos, mas revela uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico, e excludente no sentido social, moral e político. Essa realidade que se expressa nesse novo modo de vida, não se dá no plano social, a pessoa não se reintegra numa sociabilidade “normal”. A reintegração ocorre com profundas deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família. É o caso das favelas, que têm um poder paralelo próprio e são controlados por diferentes grupos de justiceiros, incluindo os traficantes. Observamos que nessas áreas de excludência, as pessoas estão incluídas economicamente; ainda que de forma precária criam um mundo à parte. A sociedade em que vivemos está se transformando numa sociedade dupla, duas “humanidades” na mesma sociedade (Martins, 1997, p. 14 -35).

Os cientistas sociais ⁸, estudiosos dessa questão, concluem que, do ponto de vista epistemológico, a exclusão como fenômeno é tão vasta que é quase impossível delimitá-la.

A exclusão não se esgota no simples afastamento do mercado de trabalho, mas também se manifesta no processo de destruição de valores integrativos espirituais e tradicionais, representando, portanto, uma ameaça às culturas legitimadas pela sociedade, ou seja, os excluídos são aqueles que não têm seus valores morais, espirituais e culturais respeitados.

No panorama mundial, os países chamados de centrais, também estão passando por uma acirrada crise salarial e um crescimento do desemprego, bem como, por uma a precarização das relações de trabalho, expulsando do mercado produtivo boa parte de jovens e adultos, fazendo surgir um novo conceito de pobreza, chamado hoje de “pobreza de grande duração”.

⁸ Castel (1995), Xiberras (1993), Nascimento (1995), Wanderley (1999) e Demo (1998).

Na segunda metade dos anos 80, a noção de exclusão social aparece em trabalhos de Hélio Jaguaribe, na mídia e em textos acadêmicos, acompanhando as discussões internacionais sobre essa problemática.

A professora Aldaíza Sposati, citada por Wanderley (1999, p.20), deixa bem claro que exclusão e pobreza não são sinônimos, mas faces de uma mesma moeda, reforçando o caráter estrutural desse fenômeno.

No entanto, para Dupas, a questão da exclusão social vincula-se ao tema pobreza, que envolve dimensões conceituais e políticas, carregando, portanto, um certo grau de arbitrariedade. Para ele, não é possível estudar a exclusão social, sem recair na utilização de uma linha de pobreza, mas o emprego dessa teoria deve levar em conta todos os aspectos sócio-culturais que envolvem a realidade brasileira.

O Brasil, inserido no quadro da globalização, também sofreu os reflexos perversos das novas relações internacionais, que afetaram o sistema econômico, político e social. A sociedade, golpeada pelo modelo neo-liberal, vive um tempo de esgotamento e desencantamento. Conforme demonstra Aldaíza Sposati: "Somos excluídos a partir de uma condição real de inclusão da qual não fazemos parte, somos discriminados ou apartados. Talvez até mesmo tornados invisíveis ou não-contados" (2001, p.76). No Brasil, somos excluídos historicamente, porque a riqueza social está acumulada e de posse de poucos que sequer abrem espaço de discussão para a questão da igualdade social.

Na década de 90, a literatura francesa apontou que o termo exclusão social é atemporal, não está delimitado por um espaço geográfico, pois ultrapassa todas as fronteiras globais, ou seja, todos os países, ricos ou pobres, têm um número significativo de excluídos.

Segundo Nascimento, no campo internacional, a passagem do domínio do termo pobreza por exclusão, significou, em grande parte, o fim da ilusão de que as desigualdades sociais eram temporárias ... A exclusão emerge, assim, no campo internacional, como um sinal de que as tendências do desenvolvimento econômico se convertem. Agora – e significativamente – no momento em que “o neo-

liberalismo se torna vitorioso por parte, as desigualdades aumentam e parecem permanecer “.(1995, p.24)

Para o pensador francês Robert Castel, o que se configura hoje no mundo globalizado não é uma exclusão social nos termos em que é considerada comumente, mas um processo de desfiliação⁹ social. Exclusão é imobilidade, designa “estados de privação” com maior visibilidade geográfica e com características de determinadas culturas ou subculturas. Já o conceito de “desafiliação” é mais adequado porque pertence ao mesmo significado do que hoje está ocorrendo, ou seja, dissociação, desqualificação e individualismo social. Ou seja, não há como considerar-se uma autonomização da “questão social” em determinado território, uma vez que a vulnerabilidade tornou-se um elemento estratégico (1999, p.26).

O Brasil, embora tenha experimentado o maior crescimento econômico da América Latina nos últimos anos, possui um desempenho particularmente precário no que diz respeito à distribuição de renda, considerando-se que se trata de um país capitalista dependente e cuja problemática social possui especificidades, que se expressam nas extremas desigualdades sociais, culturais, étnicas, econômicas, políticas e de gênero, decorrentes da concentração de poder e de riqueza dos setores sociais dominantes na conjuntura mundial.

Além das exclusões já citadas, Castells pontua outra determinante sobre os excluídos: a “Rede Informacional”, pois ele crê que as novas tecnologias e os frutos da revolução tecnológica tendem a ampliar o distanciamento entre as classes mais favorecidas e as menos privilegiadas.

Como vimos, a concepção do termo exclusão é vasto e bastante rico. Segundo Veras, criou-se até um neologismo “inempregáveis” para referir-se aos contingentes que, na nova ordem mundial da qual o Brasil faz parte, não terão vez. Há uma certa

⁹ A expressão *desaffiliation* é um neologismo da língua francesa, o termo foi traduzido em português como desfiliação e/ou desafiliação, que significa aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis. Desafiliação é equivalente necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas a ausência de inscrição do sujeito em estruturas que tem sentido (Castel).

visão fatalista de que a chamada reestruturação produtiva dividirá os grupos em os assimiláveis (empregáveis) e o largo grupo dos excluídos, sendo que as classes dominantes estão desistindo de integrar estes últimos quer à produção quer à cidadania (1999, p.43).

As elites brasileiras, através de uma ótica peculiar, pretendem confinar em verdadeiros “*apartheid*” as classes menos favorecidas, deixando-as à margem da sociedade, fadadas ao descaso e em precárias condições de sobrevivência. Essas classes desfavorecidas são consideradas como categorias sem voz ativa, porque sequer acreditam na força do voto e na vontade política.

Aspectos como incomunicabilidade e isolamento apontados pelas elites como características básicas das classes estigmatizadas, não se sustentam numa análise mais minuciosa, na qual se detecta formas de manifestação e reivindicação daqueles que estão à margem da sociedade.

Apesar da exclusão social e pobreza serem fenômenos correlatos, eles não se confundem. Entretanto, em alguns contextos, esses dois fatores sociais aparecem interligados e interdependentes, como é o caso do Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima (Bauru) onde seus moradores salientam que suas precárias condições de vida fortalecem a exclusão social a que estão submetidos. Porém, a pobreza e a exclusão social não abatem esses habitantes, que lutam constantemente para distorcer a imagem criada por parcelas da sociedade, sobre o núcleo e os moradores, normalmente denominados de “perigosos”.

A pesquisa no Núcleo Fortunato Rocha Lima nos propiciou constatar que, além da pobreza estrutural, advinda de um longo processo histórico-social, há também a presença de um contingente vasto de pessoas provenientes da classe média em “decadência” que, segundo Kliksberg (1997) poderiam ser denominados de “Novos Pobres”. Estes indivíduos apresentam traços psicológicos e sociológicos muito particulares: mantêm os valores próprios da sua classe social e, embora sintam-se “desenraizados” no novo espaço que ocupam, lutam pela adaptação e transformação desse contexto.

A perda do poder aquisitivo atingiu uma diversificada parcela social. Nesse espaço encontramos funcionários públicos, enfermeiros, professores, pequenos comerciantes falidos, empregados administrativos de vários tipos de empresas, aposentados com baixo poder de compra, profissionais liberais com dificuldades de encontrar uma nova ocupação, que lhes permita a sobrevivência e policiais com baixa remuneração.

Embora enfoquemos o contexto do Fortunato Rocha Lima, esta realidade pode ser detectada em outras cidades, bairros, núcleos residenciais e favelas. Os “Novos Pobres” não podem passar despercebidos na conjuntura brasileira, assim como o Estado não pode negligenciar esse fenômeno.

2.1 Formas de Resistência num Contexto de Pobreza e Exclusão Social

No livro “*O mito da marginalidade*”, de Janice E. Perlman, publicado em 1977, a autora desmistifica o mito da marginalidade e todos os conceitos a ele relacionados. Ao estudar as favelas, ela derruba a tese de que a favela é socialmente desorganizada e que seus habitantes encontram-se isolados da vida urbana circundante e da sociedade mais ampla, contrariando tanto as afirmações de cientistas sociais da sua época, quanto as colocações posteriores de outros pesquisadores sociais, que se dedicaram ao tema na década de 90.

Embora este trabalho vise estudar as relações sociais e a qualidade de vida dos moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima, advindos de um processo de desfavelamento de várias áreas da cidade de Bauru, constatamos algumas semelhanças entre o nosso objeto de estudo e o universo pesquisado por Janice E. Perlman.



A autora demonstra na sua obra, que não existe isolamento interno nas favelas; ao contrário, os moradores interagem, inclusive, criam e mantêm associações políticas, organizações sociais e grupos religiosos e espíritas. No Núcleo Fortunato Rocha Lima, também observamos o entrosamento entre moradores e a existência de uma associação que se denomina “Associação de Moradores”, instalada na casa da presidente, mas que não desempenha um papel ativo na sociedade local. Porém, em contraponto, há um grupo de moradores que se reúnem informalmente para estabelecer a ordem local e resolver questões políticas e econômicas, com o objetivo de conseguir a legalização de suas casas. Eles também são responsáveis pela justiça local, estabelecendo as penas aos contraventores, divulgando as leis que devem ser seguidas pelos membros da comunidade.

Esse grupo é composto por chefes de família, que têm por função garantir a integridade física e moral dos habitantes do F.R.L, inclusive com vigias noturnos escolhidos por eles. Segundo J.E. Perlman, esse conglomerado de homens constitui “um convite voluntário de vigilantes, com rodízio dos membros cada noite” (1977, p. 172).

Quando uma nova família chega ao Núcleo, ela recebe a visita desse grupo, que comunica os seus direitos e deveres com a comunidade, por exemplo: um morador não pode roubar um outro morador nem estuprar sua mulher e nem delatar os membros que exercem atividades ilícitas.

O papel do chefe do grupo é muito significativo para os moradores, pois ele se prontifica a amparar os habitantes do Núcleo, utilizando seu próprio veículo para transportar os doentes aos postos de saúde e hospitais. Ele argumenta que para conseguir o fim de uma desavença entre as partes em conflito, ele deve impor a sua autoridade, conhecida por todos como justa e imparcial. Outra atividade desenvolvida por ele e pelo seu grupo é a de mobilizar os moradores a realizarem manifestações populares contra o descaso das políticas, em relação aos problemas de infra-estrutura do bairro, reunindo-se defronte da Prefeitura e exigindo do

Prefeito medidas cabíveis, como por exemplo, asfaltar ruas, passar o trator para tampar buracos intransponíveis e aumentar o número de ônibus circulares no bairro.

Uma outra forma de resistência dos moradores, foi a iniciativa individual do término de suas residências, que lhes foram entregues inacabadas pela Prefeitura.

Na visão de Perlman (1977, p.173) o isolamento externo seria a falta de interação e diálogo entre os moradores de um bairro e a sociedade em geral. Os moradores do F.R.L tentam romper esse tipo de isolamento, buscando um reconhecimento externo. Por exemplo, eles mantêm três times de futebol, dois masculinos e um feminino, ambos uniformizados e que jogam até com times de outros bairros e cidades; aspecto que derruba a tese de isolamento interno e externo, segundo alguns autores, como Huntington, citado por Janice E. Perlman, na obra obra *"O mito da marginalidade"*.

A presença dos times de futebol no Núcleo é um exemplo da relação da comunidade local com a sociedade e revela o nível de organização interna dos moradores. Os times têm treinos regulares, sob a orientação do mesmo treinador. Esse treinador elaborou as regras do 1º e 2º campeonatos realizados no Núcleo Fortunato Rocha Lima; confeccionou a carteira de identificação dos jogadores e mantêm arquivados os documentos de controle sobre os jogos realizados e da contabilidade sobre a entrada dos valores pagos pelos associados; gastos com transporte e a manutenção do time.

Como já mencionamos, existem dois times masculinos, um com o nome "Milan" e o outro "100% Fortunato". As cores são bem diversificadas: o time "100% Fortunato" tem duas camisas diferentes, uma é amarela com os dizeres em preto "100% Fortunato" e a outra é azul com os mesmos dizeres. Ao serem indagados sobre a escolha das cores do uniforme, eles justificaram que os dizeres em preto destacam-se sobre os fundos amarelo e azul, chamando a atenção dos espectadores a respeito das atividades culturais e esportivas que existem no estigmatizado Fortunato Rocha Lima.

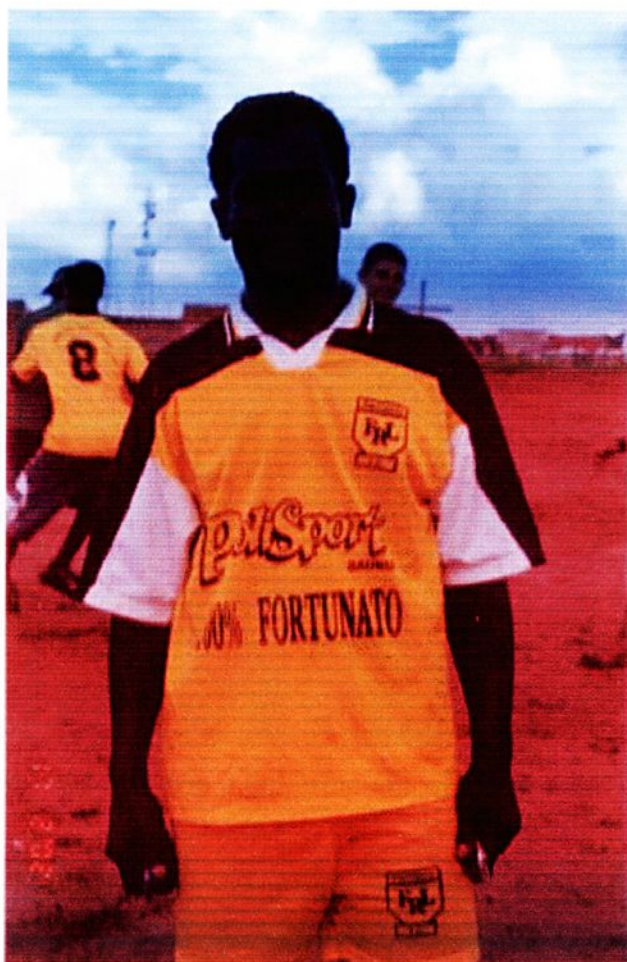


Time masculino de futebol “100% Fortunato”

A presença de uniformes com cores diferentes, explica-se pelo desconhecimento das cores adotadas pelo time rival. Esse procedimento é corriqueiro, faz parte do cotidiano de vários times, inclusive dos profissionais. O “100% Fortunato” destaca-se por participar de vários torneios e campeonatos e vencer a maioria deles, tanto em Bauru como em outras localidades ¹⁰.

O título “100% Fortunato”, segundo eles, simboliza o quanto os moradores são 100%, ou seja, eles pretendem desmistificar a idéia pré-concebida de que o núcleo abriga somente bandidos. O título é uma apropriação do 100% negro, evidenciando a identificação que se estabelece entre ex-favelados e negros, em torno de uma mesma situação: ambos são discriminados e lançados à margem da sociedade.

¹⁰ Ver nos anexos as fotos que ilustram os inúmeros troféus e medalhas, as fotos dos times, fichas de inscrição dos membros do time e as regras do campeonato elaboradas pelo técnico.



Treinador e Organizador dos dois times masculinos de futebol

O outro time masculino, o “Milan” tem a camisa vermelha e branca, alguns jogadores desse time também fazem parte do quadro de jogadores do “100% Fortunato”. Ambos estão inscritos na Federação dos Times de Varzea ¹¹.

O time feminino mantém as cores e o nome do time masculino (100% Fortunato), elas também têm treinos regulares e disputam campeonatos e torneios.

¹¹ Times populares amadores de periferia.



A equipa feminina está sem o uniforme oficial por se tratar de um treino.

A organização das sportistas assemelha-se ao perfil das equipas profissionais: elas levam a sério o seu desempenho no campo e já possuem um fã clube de torcedores. Viajam para pequenas cidades, bairros e fazendas da região, mostrando sua capacidade de disciplina e espírito sportivo. Segundo as jogadoras, paira nos primeiros dez (10) minutos do jogo um clima de agressividade por parte da equipa adversária, mas aos poucos elas impõem um ritmo ao jogo, que só acompanha quem estiver bem preparado e nesse momento, todo o preconceito existente se dissipa, os medos somem e se instaura um verdadeiro espírito sportivo, livre dos estigmas que essas pessoas sofrem.

As atividades deportivas dos moradores do Núcleo F.R.L. não se limitam ao jogo de futebol. Antes do início das partidas e no intervalo que acontece após 45 minutos do 1º tempo, existe a presença de uma escola de capoeira, formada por membros da comunidade local. A professora formada em Educação Física pela

UNESP-Bauru, também é moradora do bairro e optou por nomear o grupo de capoeira de “100% Fortunato”.

Para participar do grupo, o aluno deve seguir e respeitar as normas estabelecidas: estar freqüentando regularmente a rede pública de ensino e obter médias satisfatórias; aprender a tocar todos os instrumentos musicais para substituir a eventual falta de um membro, ter disciplina nos horários e dias fixados e durante os exercícios, manter sempre trajes de apresentação limpos e passados, e, se possível, contribuir com a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por mês, para compra e reparo dos instrumentos e transporte do grupo para os locais de apresentação, como: escolas, clubes, estádios e eventos culturais promovidos pelo município de Bauru. O ensaio do grupo se realiza num galpão abandonado, onde funcionava a sede da Associação dos Moradores, atualmente desativada.

Essas atividades de socialização se configuram como “formas de resistências” e permitem que os moradores convivam no Núcleo e mantenham, às vezes, contato com pessoas que ali não residem. O contato dos jogadores e das torcidas com os habitantes do Fortunato Rocha Lima e a cultura que se estabelece nesse espaço possibilitam a ruptura momentânea da imagem depreciativa que foi construída pelos ditos “normais” (Goffman, 1988). Em outras palavras, o esporte, neste contexto, consegue amenizar e, às vezes eliminar as divergências e estereótipos que dificultam a *interação social* (Goffman, 1988, p.23).

Embora eles resistam ao contexto de exclusão e pobreza, são geralmente estigmatizados pela maioria dos indivíduos que não fazem parte do Fortunato Rocha Lima, como veremos no item a seguir.

2.2 Tipos de Estigmas Direcionados aos Moradores do F.R.L.

Segundo Goffman, o *desacreditado* não se vê como um “anormal”; ele questiona a suposta normalidade daqueles que o estigmatizam. O peso do estigma que porta não o impressiona nem o faz sentir-se inferior ou fracassado.



Os moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima encaixam-se nessa categoria, porque são estigmatizados perante os olhos dos outros, porém eles não se menosprezam. São, entretanto, desacreditados pela sociedade circundante, composta de: políticos, meios de comunicação de massa, a esfera policial e o poder judiciário, moradores de outros bairros, comércio e indústria. Normalmente são rotulados como bandidos e traficantes, o que dificulta a interação social nas suas mais variadas formas: interação pessoal, profissional e emocional.

Os moradores entrevistados salientam que encontram grandes dificuldades quando buscam um emprego. Embora apresentem qualificação profissional, não são bem vistos pelas empresas, comércio e até mesmo pelos empregadores de mão-de-obra informal, que utilizam serviços domésticos, de jardinagem, de entregas etc., justamente porque residem no Fortunato Rocha Lima, ou seja, estabelece-se uma discriminação pessoal a partir de um referencial espacial.

As instituições religiosas e o grupo espírita também estão presentes no espaço do Fortunato Rocha Lima, com o objetivo de amenizar os estigmas atribuídos aos moradores do Núcleo dentro de uma proposta de elevação da auto-estima dos estigmatizados. São no total, três grupos atuantes: Amor e Caridade, membros da Igreja Protestante e membros da Igreja Católica, todos sem fins lucrativos. Essas instituições não são meramente assistencialistas, pois tem uma proposta de valorização do ser social, de trabalhar a auto-estima e oportunizar novos conhecimentos profissionais, para que eles tenham sua independência e não se limitem a esperar doações de grupos assistencialistas. Quando aprendem um ofício ou uma nova profissão, eles conseguem sobreviver até no mercado informal, quando o mercado formal, afetado pelas instabilidades econômicas, não consegue absorvê-los. Essas entidades não apregoam o fim das dificuldades, mas os prepara para enfrentá-las.

O grupo Amor e Caridade, de fundamentação espírita, com sede construída em terreno cedido pela Prefeitura, atua no bairro com o “Projeto Girassol”, fundado em 26 de maio de 1997. De início, o grupo oferecia sopa para os moradores que

trabalhavam sob a forma de mutirão na construção de suas casas, depois foi ampliando seu campo de atuação com oficinas diversas para crianças e adultos.

A preocupação primeira do “Projeto Girassol” era retirar as crianças das ruas, oferecendo-lhes reforço escolar e alimentação. Iniciaram com três salas, uma em cada período, com cerca de 25 crianças por sala. Atualmente, o grupo atende a 200 crianças, na faixa etária dos 6 aos 14 anos, propiciando diversos cursos, sob a forma de oficinas, que seguem os postulados da pedagogia Waldorf¹². Nessas oficinas, os alunos têm reforço escolar, aulas de computação, línguas estrangeiras (inglês e espanhol), música (violão, flauta, pandeiro etc.), arte (aquarela), ginástica e noções de horticultura. Tais cursos têm por objetivo prepará-los para o mercado de trabalho local.

Existem outras oficinas direcionadas aos pais, como por exemplo: eletricista, assentador de piso, pintor de parede, marcenaria, manicure, cabeleireira, corte e costura e “aperfeiçoamento doméstico”. Esta última oficina está se transformando em curso profissionalizante, com a finalidade de facilitar o ingresso das mulheres como domésticas ou auxiliares de limpeza, recebendo um certificado de conclusão do curso, que serve também como indicador de referência pessoal. A oficina de corte e costura está se remodelando para se transformar em uma cooperativa.

Atualmente o “Projeto Girassol” atende aproximadamente 100 famílias, o que demonstra a necessidade da ampliação do espaço físico da sede. Tanto as crianças como os pais recebem atendimento psicológico, médico, dentário e jurídico.

O pequeno grupo de funcionários, formado por duas cozinheiras, duas assistentes sociais e duas auxiliares de limpeza, é mantido pelo Amor e Caridade.

¹² Criada por Rudolf Steiner em 1920, baseia-se no conhecimento do ser humano a partir da Antroposofia (ciência espiritual), sua principal meta é proporcionar à criança e ao jovem o desabrochar harmonioso de todas as suas capacidades, interligando as esferas físicas, emocional e espiritual em sua concepção da integralidade do homem desenvolvendo a criatividade, discernimento e autoconsciência. Essa pedagogia está no Brasil desde 1956.

Entretanto, o número de voluntários é bastante significativo, composto por profissionais de diversas áreas, como psicólogos, professores (português, línguas estrangeiras, computação, música, educação física, dança, arte, matemática, história, geografia, biologia) eletricitas, pedreiros, pintores, encanadores, advogados, médicos, dentistas, nutricionistas etc.

O grupo mantém na sua sede uma sala para leitura e interpretação da Bíblia que recebe todas as pessoas interessadas, participantes ou não do “Projeto Girassol”, ou seja, a educação religiosa não é obrigatória para aqueles que são beneficiados pelas ações do grupo.

A “Casa da Esperança”, nome do projeto do grupo protestante, também oferece oficinas para crianças e adultos, com conteúdo semelhante ao do “Projeto Girassol”. Esse projeto desenvolvido pelos protestantes não é tão amplo quanto aquele mantido pelos espíritas: apresenta um número de três funcionários e três voluntários menor e não oferece reforço escolar, porém seu objetivo também é o de amparar e acolher as crianças e seus familiares. A “Casa da Esperança” possui uma área voltada para o lazer, onde o grupo construiu uma quadra esportiva de futsal. A “Casa da Esperança” também cede seu espaço físico para o funcionamento de um projeto chamado “SOS”, o qual faz parceria com a Prefeitura de Bauru, estado e a corporação do Corpo de Bombeiros. O público alvo desse projeto são crianças e adolescentes de 10 a 15 anos; contam com três funcionários e vinte e seis voluntários.

O grupo católico mantém a “Creche São José”, que atende prioritariamente crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, mesmo que os pais não comprovem vínculo empregatício.

Os três grupos religiosos têm um objetivo em comum: resgatar a dignidade dos moradores do Fortunato Rocha Lima e desvinculá-los da imagem de “desviantes sociais” (Velho, 1981) colocando esses indivíduos na “normalidade social”, ou seja, interação com estrutura social.

Parsons (1983) explicita que para existir o equilíbrio durante a *interação social*, é necessário que os sujeitos dominem e aceitem as mesmas normas de conduta e ação. Quando um sujeito não aceita ou afasta-se de uma determinada norma, ocorre o desvio, acarretando sanções e o conseqüente desequilíbrio da interação social. Parsons também menciona que a violação da norma leva o sujeito a sentir-se envergonhado perante o outro e a auto-nutrir um sentimento de culpa (1983).

O sociólogo Gilberto Velho também se preocupou com o conceito de desvio. Para ele, a noção de desvio geralmente implica na existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, que significaria uma harmonia com as exigências da estrutura e funcionamento do sistema social. Citando Margareth Mead e Ruth Benedict e seus discípulos, o autor esclarece que cada cultura estabelece e define o que é o desviante, ou seja, o desviante de determinada cultura pode ser um normal para outra cultura. Podemos acrescentar que num processo histórico-social encontramos desviantes distintos dentro de uma mesma cultura, não necessariamente em culturas diferentes (1979).

Os moradores do F. R. L., mesmo estigmatizados, não sentem vergonha e nem culpa perante os olhos do “outro” como foi mencionado por Parsons. Perante a sociedade, eles são desviantes sociais ao estarem à margem da sociedade, embora não intencionalmente, eles mesmos abalam a organização social estabelecida pela maioria. No entanto, a luta dos moradores para se auto-afirmarem como cidadãos honestos, na busca de emprego e na procura pelos grupos religiosos, revela que eles querem fazer parte da sociedade mais ampla, demonstrando que o rótulo de desviante foi construído cultural e socialmente pela sociedade circundante.

Por negarem esse rótulo, os habitantes do bairro constróem uma contra-imagem, que visa apresentar aos “normais” o que eles realmente querem e são. Dessa forma temos duas imagens: a imagem dos moradores do núcleo construída pela sociedade e a imagem dos moradores construídas por eles mesmos.

Essa contra-imagem, constantemente construída pelos moradores, seria um exemplo de contra-hegemonia¹³. Segundo Gramsci, a contra-hegemonia surge da conscientização e de uma postura política das massas populares no seio da própria hegemonia dominante, podendo ampliar a sua articulação através do consenso, buscando corroê-la ou enfraquecê-la, na tentativa de conquistar o seu espaço. Os moradores do Núcleo F. R. L. elaboram suas próprias ideologias como estratégia de sobrevivência, mas não visam conscientemente ocupar o lugar da hegemonia dominante; buscam basicamente ser respeitados e usufruir das condições mínimas de infra-estrutura, educação, moradia e emprego.

Na interação face a face, os moradores do Núcleo não querem ser vistos por seus atributos negativos, ou seja, seus estigmas, também não querem que esses estigmas dificultem a interação com a sociedade mais ampla.

¹³ Conceção de hegemonia segundo Gramsci, é a "direção intelectual e moral" no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social podendo criar uma subalternidade de outros grupos sociais que não são submissos apenas à força, mas também às idéias. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social, 1999.



3 A IMPORTÂNCIA DA ESTRUTURA URBANA NA VIDA SOCIAL

3.1 A Urbanização como Indicador Social e o Papel do Estado na sua Efetivação

No século passado, até 1940, 78,76% da população brasileira concentrava-se na zona rural. Segundo Brum, a partir dessa década, inicia-se a segunda fase de industrialização, que se desenvolve através do processo gradual de substituição de importações. O autor distingue três fases: a produção de bens de consumo imediato; de bens duráveis; de bens de capital e insumos básicos (1982, p. 53).

Esse processo de industrialização provocou um crescimento urbano desordenado, acentuado pela migração rural, que na década de 50 resultou em inchaço urbano, provocando um rebaixamento dos salários e um aumento no processo de favelização. Segundo Banduki e Brum, durante esse período de crescimento urbano, emergiram grandes cidades, acarretando um agravamento dos problemas urbanos. As cidades que possuíam uma estrutura social de serviços de consumo coletivo, como; escolas, hospitais, bancos, indústrias e habitação, perderam a qualidade dos serviços existentes por não conseguirem aplicar os recursos financeiros necessários para atender a demanda da população crescente (Idem, 1982, p. 55).

O poder público não estava preparado para enfrentar e agir perante essa nova situação e, ainda necessitava atender os interesses dos agentes economicamente vinculados ao processo de produção das cidades, tais como: promotores imobiliários, loteadores, empresários de transporte coletivo, indústria automobilística, empreiteiras de obras públicas e da imensa burocracia estatal que impede um planejamento urbano adequado (Banduki 2000, p. 19-20).

De 1964 a aproximadamente 1983 a centralização do poder político com enfoque na modernização do país, passa a provocar investimentos de grande vulto, como: usinas hidroelétricas, siderúrgicas e outros projetos de grande porte.

Banduki elenca alguns aspectos desse período, que se caracterizam pelo autoritarismo, centralização da gestão, ausência da participação popular, desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, em prol do mito da modernidade, como sinônimo da transformação urbana.

O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) serviram-se, na década de 70, da desarticulação das políticas setoriais, priorizando a classe média com financiamentos destinados anteriormente à classe carente, como já mencionado no Capítulo I (Banduki, 2000, p. 22).

Porém, foi a partir dos anos 80, ou melhor, no final dessa década, que houve o abandono das políticas urbanas pelo governo federal e a desestruturação do Banco Nacional da Habitação (BNH). As prefeituras são obrigadas a elaborar programas com ênfase na questão social, ou seja, o poder local passa a assumir um papel que caberia ao Estado, buscando amenizar os problemas urbanos. Para Banduki, esse processo de deslocamento de poder acelera-se a partir de 1989, quando a reforma tributária promovida pela Constituição de 1988 amplia intencionalmente os recursos do município, atribuindo-lhes maior capacidade de investimento e autonomia na formulação de políticas públicas locais (2000, p. 23).

No decorrer dos anos 90, o Brasil foi palco de várias experiências inovadoras decorrentes dessa nova realidade social e política.

Durante a II Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (Habitat II) ocorrido em Istambul, em 1996, Bonduki nos conta sobre uma seleção de práticas brasileiras bem sucedidas em gestão urbana apresentada nessa Conferência. Segundo ele, várias cidades brasileiras têm conseguido enfrentar alguns dos seus maiores problemas a partir de uma parceria dos governos locais e a sociedade organizada, propiciando propostas viáveis, de baixo custo e de sensível repercussão na qualidade de vida de seus moradores¹⁴. Constatou também que vem se delineando no país uma nova postura para enfrentar as questões urbanas. Essa nova proposta assenta-se em algumas características fundamentais, como: descentralização do poder estatal, participação popular, participação de organizações não-governamentais e o respeito ao meio ambiente (2000, p. 25).

De acordo com Kowarick (2000) a segregação social que ocorreu em nossas cidades, é provocada pela atuação do Estado no direcionamento de seus investimentos, que somente privilegiou algumas áreas, fazendo com que o “tecido urbano” não se desenvolvesse de maneira uniforme, criando assim, “novas periferias” que alargam as “manchas urbanas”, originando núcleos demográficos desprovidos de benfeitorias, propiciando a proliferação das ocupações irregulares. A essa população segregada só restou construir a sua “casa própria” - clandestina - à margem da sociedade urbana. Nesse contexto de luta por um espaço urbano digno, geraram-se várias ações reivindicativas de ordens e matizes diversas, como: associações de bairro, juntas de vizinhos, clubes de mães, grupos de base diversificados que exigem luz, água, asfalto, saneamento, creches, postos de saúde, policiamento e legalização de suas casas. Essa população “policlassista” formada por trabalhadores desprovidos de um trabalho formal, é pauperizado pelo

¹⁴ São Paulo com programas promovidos por meio de gestões públicas não estatais com mutirões auto-geridos chamados Funaps Comunitário e em Fortaleza com o programa Ceará Periferia, com apoio de mutirões organizações não governamentais e o poder público local.

sistema, mas tem consciência de sua situação e luta para invertê-la, exigindo novas políticas urbanas de combate à pobreza. Por sua vez, o Estado, na sua rotina burocrática, para amortecer as reivindicações populares, oferece serviços precários através de inúmeros órgãos especializados, que não visam melhorias efetivas, mas desarticulam a mobilização das classes populares, pois, na ótica dominante, mostrar obras públicas como conquista popular, é a melhor estratégia de envolver massas urbanas e provocar o esvaziamento das mobilizações organizacionais (2000, p. 57-66).

Santos (1993, p.112-115) considera que a pauperização de uma grande parcela da população está criando uma progressiva ampliação da periferia, e uma diversificação entre as cidades. As cidades de porte médio serão locais que buscarão cada vez mais o trabalho qualificado, enquanto as metrópoles, por suas estruturas orgânicas do capital e por suas complexas composições espaciais, atrairão populações pobres e, conseqüentemente, uma mão-de-obra desqualificada, isto é, despreparada. Portanto, estima-se que nos próximos decênios, o fluxo de pobres para as grandes cidades será significativo, ao passo que as cidades médias abrigarão uma crescente demanda das classes médias, o que elevaria a qualidade de vida, enquanto a metrópole, por sua própria dinâmica, teria o caos instaurado, acarretando o rebaixamento do “custo de vida”, invertendo assim a realidade da vida urbana nos grandes centros.

3.2 A Urbanização desigual ocorrida no Núcleo Fortunato Rocha Lima

No último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado no ano 2000, a população de Bauru era composta de 316.064 habitantes, sendo 310.442 concentrados na área urbana e somente 5.622 na área rural.



A produção local está mais voltada para o mercado interno e regional; possui três (3) Distritos Industriais, abrigando 556 indústrias cadastradas na Ciesp. A maioria dos estabelecimentos foram criados na década de 1990, destacando-se os setores de produtos alimentares, editorial e gráfico e construção (Data ITE - Bauru, 1998, p. 7)

Bauru apresenta-se como uma cidade terciária. Ao entrevistar no dia 04 de setembro de 2002 na prefeitura de Bauru, o Sr. Mairton Farias, Diretor de Comércio e Turismo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e seu auxiliar administrativo, Sr Anderson Coutinho, foi exposto por eles que, a cidade de Bauru caracteriza-se pelo setor terciário, pois abarca um número elevado de lojas comerciais no centro do Calçadão da Batista de Carvalho, Bauru Shopping Center, Shopping Avenida, Setor Asa Sul (Av. Getúlio Vargas) e galerias.

As principais atividades estão voltadas para: confecções, supermercadas, calçados, automotivo e materiais de construção em geral. Há também um desenvolvimento imobiliário muito significativo, ainda sem dados numéricos específicos, com a construção de prédios de estilo quitinete na maioria para estudantes, porque a cidade abriga duas universidades estaduais (USP- Universidade de São Paulo e UNESP- Universidade Estadual Paulista), duas particulares (USC- Universidade do Sagrado Coração e UNIP- Universidade Paulista) e três faculdades particulares (ITE - Instituição Toledo de Ensino, FIB - Faculdades Integradas de Bauru e IESB – Instituto Superior de Ensino S/C LTDA de Bauru) somando um total de dezesseis mil universitários, sendo que apenas seis mil e quinhentos residem em Bauru. Esses universitários contribuem significativamente para o crescimento econômico do município.

Como uma cidade prestadora de serviço estão incluídos os mais variados cursos técnicos, cursinhos (Anglo, Prevê-Objetivo, Etapa e outros) e escolas de línguas (inglês, espanhol, francês, italiano, japonês, alemão e outros).

Um pólo importante que se desenvolveu em Bauru, está voltado para a área de saúde, assim constituído: sete Hospitais, Prontos Socorros, Núcleo de Saúde,



Unidades Ambulatoriais, referência internacional na pesquisa e tratamento da hanseníase, malformações craniofaciais e de extremidades, câncer, neurocirurgia e centro de diagnóstico por imagem e outros.

A construção civil divide-se em quinze empresas de médio e grande porte.

Bauru teve um abandono político que provocou um atraso de dezesseis anos no desenvolvimento econômico e social e segundo o Sr. Mairton, há um programa destinado a viabilizar recursos para recuperar a cidade nesta e nas próximas gestões.

Nas cidades de porte médio, como Bauru, que possui um pólo terciário diversificado, não significou a melhoria das condições de vida de seus moradores nem o aumento de sua receita interna, pois a instabilidade econômica do país, com o enfraquecimento da moeda, provocando inflação e desemprego, reflete-se nas políticas municipais e dificulta a absorção da mão-de-obra qualificada. A projeção de desemprego sobre o último censo revela que mais de 40% dos desempregados bauruenses estão inseridos no mercado informal ou são autônomos, dificultando desse modo a aquisição da casa própria, pois eles não têm comprovação de renda

A cidade de Bauru não desenvolveu um planejamento urbano uniforme e coerente com as necessidades populares. O plano diretor foi elaborado somente no ano de 1996, o que explica a falta de organização urbana na atualidade.

A construção de núcleos habitacionais na cidade de Bauru iniciou-se em 1966 e, até 1999, somente a COHAB já havia construído 52 núcleos, o que corresponde a 21 mil casas populares.

Atualmente, Bauru é uma cidade com um cinturão de núcleos habitacionais construídos desordenadamente. Nas áreas centrais houve uma verticalização da moradia, segregando as camadas de baixo poder sócio-econômico.

Os moradores do Núcleo F.R.L. são espoliados em vários níveis: sócio-econômico, espiritual, moral e psicológico. Foram espoliados, inicialmente, de um espaço que construíram e que conheciam - a favela - e obrigados a viverem em outro lugar, no Núcleo F.R.L., e ao lado de pessoas oriundas de favelas culturalmente distintas.

A favela, embora um espaço precário, estava mais próximo da cidade, muitas delas na área central do município. Portanto, os favelados podiam contar com o serviço de ônibus urbano e estavam próximos dos seus locais de trabalho, quer fossem comerciais, industriais quer de prestação de serviços. O Núcleo F.R.L., a como maior parte dos núcleos, foi construído na periferia, distante do centro urbano, o que dificulta o acesso ao transporte, compras e emprego.

A falta de uma moradia idealizada fez com que alguns moradores do Núcleo F.R.L. se resignassem com as suas casas, assumindo a ideologia da “casa própria” divulgada pelo Estado; atitude que é combatida pelos moradores mais politizados e críticos. Embora aceitem residir em casas pouco estruturadas e em contato constante com uma realidade difícil, muitos dos habitantes sonham com um futuro melhor para os seus filhos. Tal postura reflete-se na educação que é dada pelos pais, quando estes, os inscrevem em atividades sociais, culturais e esportivas, propiciando às crianças e adolescentes a participação na construção de sua auto-estima, disciplina e cidadania.

Muitos dos moradores do F.R.L. por estarem fora do trabalho formal, reúnem-se em grupos afins - mantendo características de associações - buscando orientações das entidades reconhecidas nos órgãos municipais e estaduais, que realizam atividades de cunho social (já citadas no capítulo anterior) para juntos, resolverem sobre quais cursos de reciclagem e de profissionalização são necessários para que essa comunidade possa se reintegrar no mercado de trabalho formal e/ou informal. Eles pesquisam as necessidades desse mercado, visando atender essa demanda através de prestação de serviços; por isso, aprendem várias profissões. Não raro, um dos moradores é simultaneamente pintor, pedreiro, encanador, eletricista, sorveteiro etc. As mulheres fazem produtos de limpeza, artesanato, doces, faxina, ou seja, os habitantes do F.R.L. se caracterizam como “profissionais multifuncionais” e “rotativos”.

Grande parte desses profissionais pertenciam ao mercado formal, eram enfermeiros, funcionários públicos municipais, professores, aposentados, bancários,

mecânicos etc, que perderam seu poder aquisitivo e viram-se obrigados a residir no Núcleo Habitacional F.R.L. A inserção dessas pessoas pauperizadas pelo sistema econômico, modificou a dinâmica do bairro e a psicologia dos antigos moradores do Núcleo. Eles interagem com os outros moradores, em busca de seus direitos. Juntos, os pobres e os “novos pobres”, tentam enfrentar as dificuldades e encontrar soluções para os problemas pessoais e do bairro, refletindo sobre o sistema econômico em que estão inseridos.

A segregação espacial a que foram remetidos os moradores do F.R.L. provocou o fortalecimento das relações sociais entre pobres e “novos pobres”, estabelecendo, inclusive, um vínculo afetivo entre eles. Nesse contexto, o pobre, de baixa escolaridade e o “novo pobre” compartilham dos mesmos sentimentos, privações materiais e de uma solidariedade, que cada vez mais traduz-se em cidadania.



4 PENSAR E AGIR DOS MORADORES DO NÚCLEO FORTUNATO

ROCHA LIMA

4.1 Tabelas e Gráficos - Análise e Gráfico

Neste último capítulo, pretende-se com o levantamento de informações, demonstrar o processo dinâmico das permanentes transformações do sujeito social estudado, como também apresentar a pesquisa como um caminho para o conhecimento da realidade social vivida pelos moradores do Núcleo.

Assume-se aqui o compromisso antecipado com a construção de um saber, no qual nenhuma forma de análise é negligenciada, pois a postura crítico-dialético, não dispensa análise quantitativa; pelo contrário, o uso desse instrumento serve como elemento de mediação de objeto e sua análise.

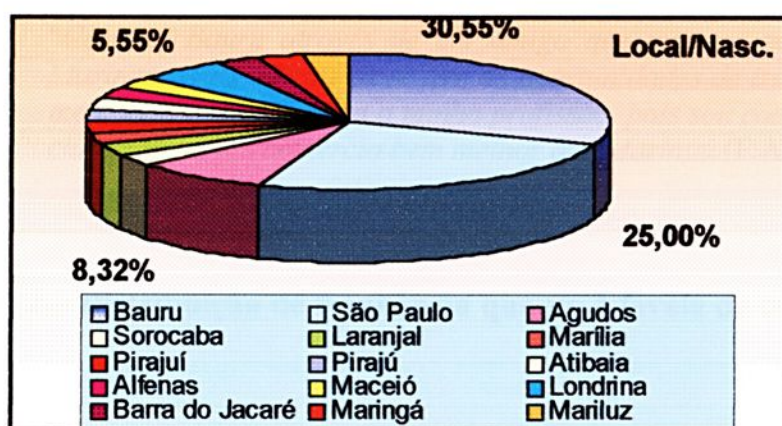
Segundo Setubol (1995, p. 64) todas as formas de apreensão da realidade devem dar conta não somente da descrição do objeto mas, acima de tudo, da interpretação realizada por meio de reflexões substancializadas por aproximações do conhecimento do objeto.

Aqui, as experiências dos habitantes do Núcleo com o trabalho, a cultura, o lazer e sua relação com a política, nos mostra que a concretização das suas vivências, construídas por suas ações sociais, fez da história oral, uma representação do agir e olhar desses homens com a sociedade em que estão inseridos.

Tabela 1 – Distribuição de frequência quanto ao local de nascimento.

Local/Nasc.	Estado	F	F%
Bauru	SP	11	30,55
São Paulo	SP	09	25,00
Agudos	SP	03	8,32
Sorocaba	SP	01	2,78
Laranjal	SP	01	2,78
Marília	SP	01	2,78
Pirajuí	SP	01	2,78
Piraju	SP	01	2,78
Atibaia	SP	01	2,78
Alfenas	MG	01	2,78
Maceió	AL	01	2,78
Londrina	PR	02	5,55
Barra do Jacaré	PR	01	2,78
Maringá	PR	01	2,78
Mariluz	PR	01	2,78
Total		36	100,00%

Fonte: Famílias residentes no Núcleo F.R.L. de janeiro à março de 2002



Descrição e Análise

Observamos através do gráfico e tabela acima, que a maioria dos moradores do Núcleo F.R.L são advindos do Estado de São Paulo, assim distribuídos: Bauru - 30,55%; São Paulo/Capital - 25,00% : Agudos - 8,32% e as demais cidades do Estado, acima citadas, constituem-se com a mesma porcentagem de 2,78%. O Estado do Paraná, representado pelas cidades de: Londrina com 5,55%, Barra do Jacaré, Maringá e Mariluz com 2,78% de habitantes. O estado de Alagoas/Maceió com 2,78% e Minas Gerais/Alfenas com 2,78%.

Essa primeira questão foi elaborada, a fim de que se tivesse uma visão abrangente dos moradores quanto à sua origem, isto é, se o processo migratório foi uma determinante na constituição do Núcleo.

Através das entrevistas, pudemos verificar que os habitantes que migraram da capital e de outros Estados, para Bauru, vieram ao encontro de seus parentes, em busca de trabalho e/ou conheciam amigos na cidade, conforme depoimentos abaixo:

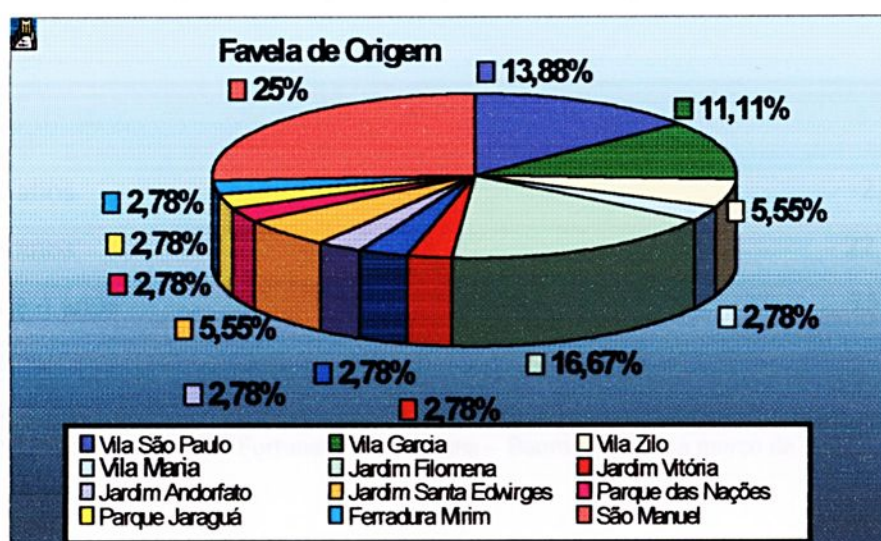
“Vim morar em Bauru porque aqui estava minha sogra. Como os meus parentes se dispersaram na Capital, fiquei só com meus filhos e marido em São Paulo. Lá, não dá para ficar sozinha, pois o local onde morávamos era muito violento e o trabalho do meu marido (auxiliar de pedreiro) era sempre muito longe de casa ” (A.S.P)

“Conheci Bauru através de um amigo que morava perto de casa em Maringá, (PR) ele me disse que as oportunidades de trabalho eram bem melhores em Bauru para a minha profissão, pois sou comerciante e que a cidade tinha um comércio bem melhor que Maringá (F.A.N.)

Tabela 2 – Distribuição de frequência quanto à favela de origem.

Favela de origem	F	F%
Vila São Paulo	05	13,88
Vila Garcia	04	11,11
Vila Zilo	02	5,55
Vila Maria	01	2,78
Jardim Flórida	06	16,67
Jardim Vitória	01	2,78
Jardim Filomena	01	2,78
Jardim Andorfato	01	2,78
Jardim Santa Edwirges	02	5,55
Parque das Nações	01	2,78
Parque Jaraguá	01	2,78
Ferradura Mirim	01	2,78
Parque Rossevelt	01	2,78
São Manuel	09	25,00
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

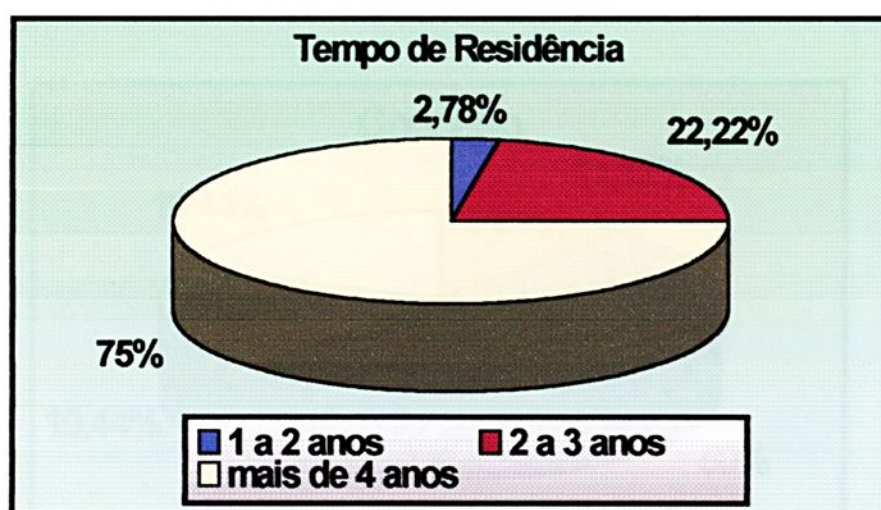
Através da tabela e do gráfico, verificamos que 25,00% dos moradores do Núcleo F.R.L vieram da favela São Manuel, a mais próxima do centro da cidade; Jardim Flórida, com 16,67%; Vila São Paulo com 13,88%; Vila Garcia, com 11,11%; Vila Zilo e Jardim Santa Edwirges, com 5,55%; Vila Maria, Jardim Vitória, Jardim Filomena, Jardim Andorfato, Parque das Nações, Parque Jaraguá, Parque Roosevelt e Ferradura Mirim, com 2,78%.

Constatamos que todos os habitantes entrevistados do Núcleo F.R.L. são oriundos de favelas bauruenses, isso nos faz aferir que ninguém do universo pesquisado veio de outras cidades para o Núcleo, sem antes ter morado nas favelas acima citadas.

Tabela 3 – Distribuição de frequência quanto ao tempo de residência no Núcleo

Tempo de Res.	F	F%
1 a 2 anos	01	2,78
2 a 3 anos	08	22,22
mais de 4 anos	27	75,00
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Bauru – janeiro a março de 2002.



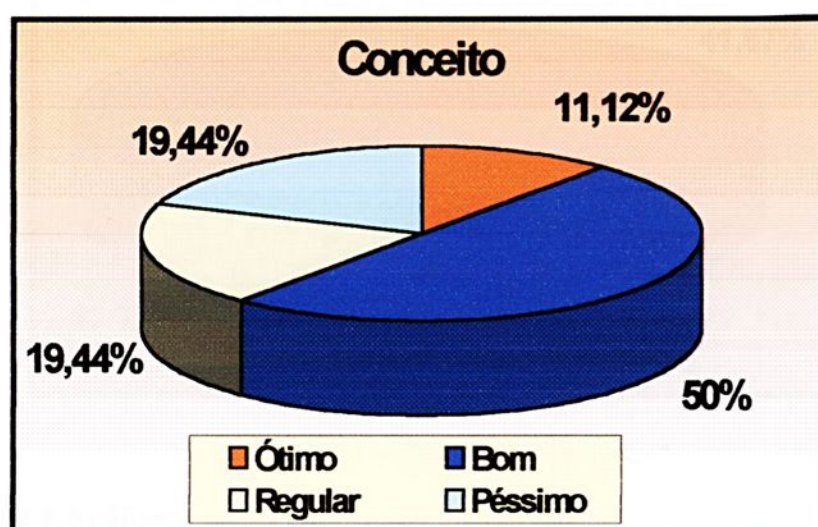
Descrição e Análise

A identificação do tempo de moradia nos aponta para uma população de mais de 4 anos de residência no Núcleo, isto é 75 % dos moradores fizeram parte do mutirão; 22,22%, residem de 1 a 2 anos; estes vieram porque tinham parentes e amigos e somente 2,78% de 1 a 2 anos de permanência, também motivados por familiares e amigos. Embora já conhecessem o estigma do Núcleo, não se importaram com o preconceito existente.

Tabela 4 – Distribuição de frequência quanto à impressão que o morador teve do Núcleo na época da mudança.

Conceito	F	F%
Ótimo	04	11,12
Bom	18	50,00
Regular	07	19,44
Péssima	07	19,44
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Bauru – janeiro a março de 2002.



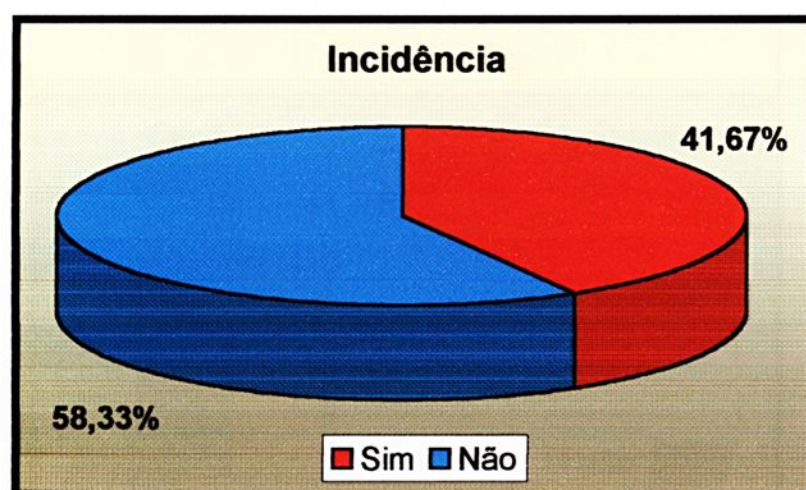
Descrição e Análise

Como a maioria dos entrevistados conheciam as condições precárias do Núcleo, por participarem de sua elaboração, emitiram um conceito segundo suas vivências: 50% classificaram de bom; 19,44% equívalem-se entre regular e péssimo, entretanto, 11,12% dos moradores consideraram ótimo, pois acreditavam num progresso contínuo.

Tabela 5 – Distribuição de frequência quanto à incidência de dificuldades encontradas no novo local pela população pesquisada.

Incidência	F	F%
Sim	15	41,67
Não	21	58,33
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Bauru – janeiro à março de 2002.



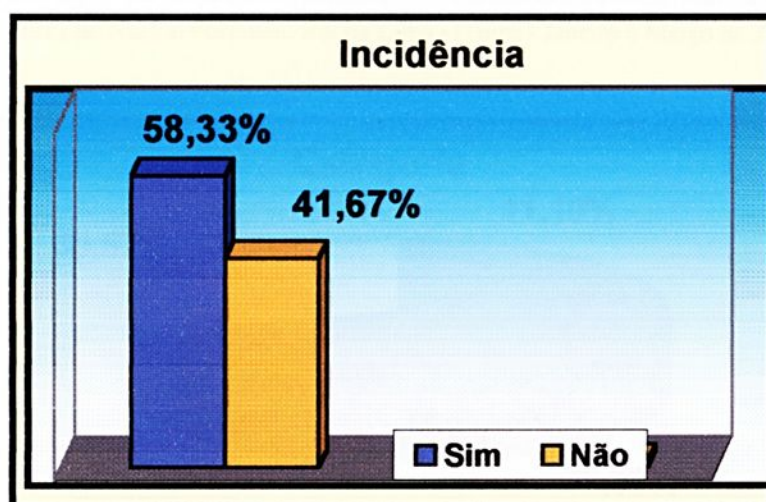
Descrição e Análise

De acordo com a tabela e o gráfico, constatamos que 58,33% dos entrevistados não encontraram dificuldade alguma na adaptação ao novo espaço, pois estes compartilharam de uma socialização seguida de solidariedade por ter enfrentado as mesmas agruras no período em que eram mutirantes. Quanto aos entrevistados que encontraram obstáculos na adaptação, pudemos averiguar um universo de 41,67%; estes moradores explicam as suas dificuldades advindas da constante violência local.

Tabela 6 – Distribuição de frequência quanto incidência de lideranças existentes no Núcleo, na opinião dos entrevistados.

Incidência	F	F%
Sim	21	58,33
Não	15	41,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



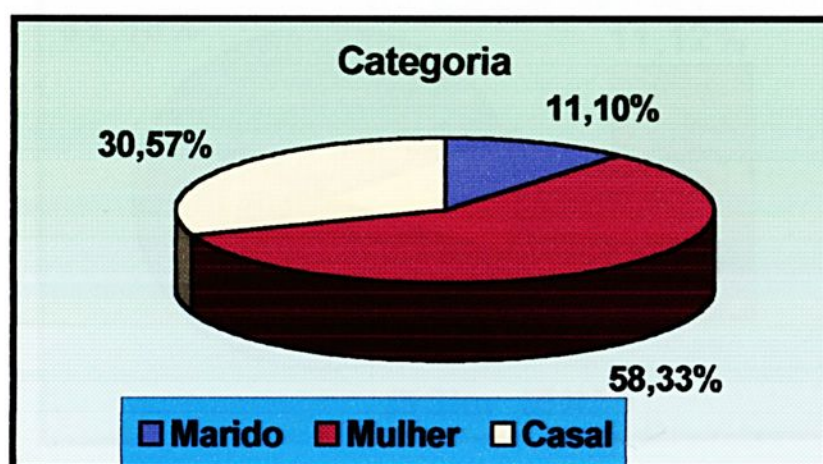
Descrição e Análise

A tabela e o gráfico acima, evidenciam que 58,33% dos moradores entrevistados identificaram a existência de um líder no núcleo. Segundo eles, D.F. é a pessoa que desempenha essa função, por agrupar os moradores para discutirem que medidas tomar frente às dificuldades encontradas pela comunidade e viabilizar reivindicações junto ao poder público, por mais asfalto, iluminação e outras aspirações dos habitantes; 41,67% afirmaram não conhecer ninguém com estas características.

Tabela 7 – Distribuição de frequência quanto ao responsável pelo sustento familiar.

Categoria	F	F%
Marido	04	11,10
Mulher	21	58,33
Casal	11	30,57
Total	36	100,00

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - Janeiro à Março de 2002.



Descrição e Análise

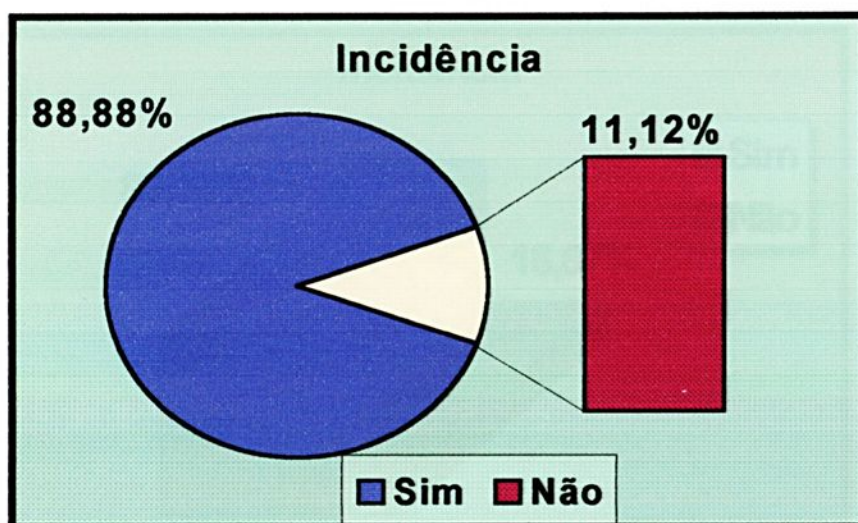
Conforme demonstra o gráfico e tabela acima, o responsável pelo sustento da família está sob a responsabilidade das mulheres com 58,33%, 11,10% no marido e 30,57% no casal. O universo pesquisado caracteriza-se por ser feminino, condição esta aleatória na busca de dados quantitativos.

A realidade constatada no Núcleo F.R.L., é que esse espaço está reservado pela maioria de mulheres, o que vêm afirmar um número elevado de arrimo de família formado pelo sexo feminino.

Tabela 8 – Distribuição de frequência quanto à incidência de inserção no mercado de trabalho.

Incidência	F	F
Sim	32	88,88
Não	04	11,12
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



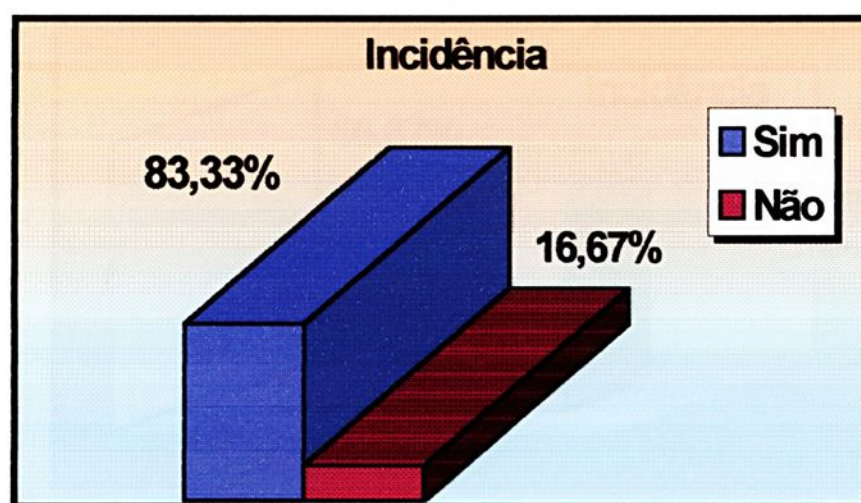
Descrição e Análise

Segundo podemos verificar no quadro e tabela acima a incidência de pessoas empregadas está na ordem de 88,88%. Cabe ressaltar que, para esse universo pesquisado no Núcleo F.R.L, emprego corresponde a qualquer atividade remunerada quer seja formal quer informal; tais moradores enquadram-se no perfil da empregabilidade, entretanto, não se pode verificar quantos possuem vínculos empregatícios.

Tabela 9 – Distribuição de freqüência quanto à incidência da distância do local de trabalho e a residência

Incidência	F	F%
Sim	30	83,33
Não	06	16,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



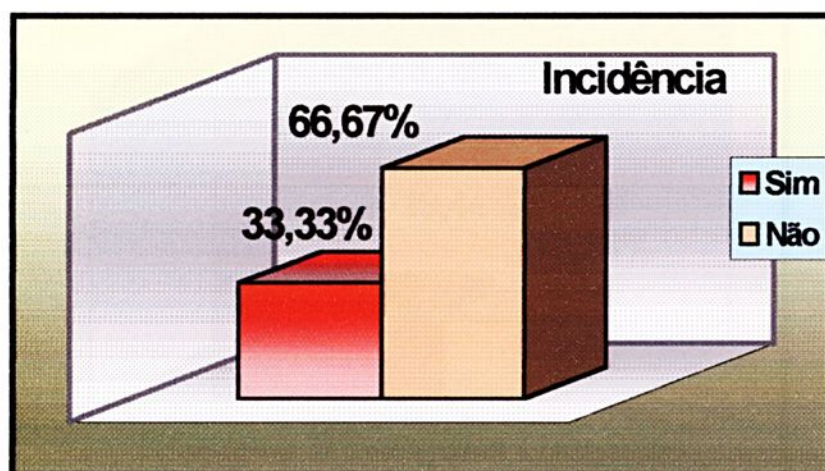
Descrição e Análise

Evidenciamos através da tabela e gráfico que 83,33% da população pesquisada referem-se ao seu local de trabalho como uma área extremamente distante de sua residência, tendo que depender de dois ou mais coletivos, para se deslocar ao trabalho, e 16,67% encontram-se próximos aos seus empregos, destacados por eles como: serviços diversos às instituições existentes no Núcleo, bares e confecções de bolos, doces, salgados e lanches.

Tabela 10 – Distribuição de freqüência quanto à incidência da existência de policiamento no Núcleo, na opinião dos moradores.

Incidência	F	F%
Sim	12	33,33
Não	24	66,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima – Bauru – janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

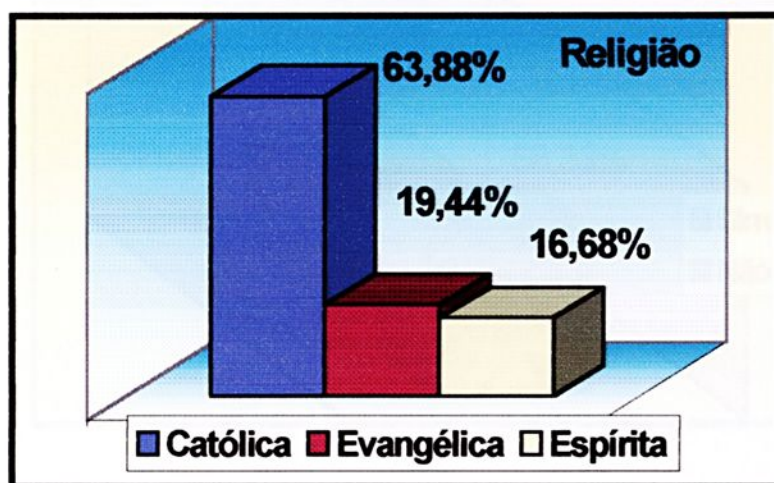
Segundo a opinião dos moradores entrevistados, pudemos observar, através da tabela e gráfico, que 66,67% não verificaram a existência de policiamento regular no Núcleo F.R.L. e 33,33% afirmaram existir a presença de policiais na área.

Atualmente, a área do Núcleo está sob a orientação do CONSEG- Conselho de Segurança, que em parceria com as instituições locais, moradores e polícia militar e civil (Secretaria de Segurança) visam preservar a segurança e atender as necessidades dos habitantes.

Tabela 11 – Distribuição de frequência quanto à opção religiosa dos moradores.

Religião	F	F%
Católica	23	63,88
Evangélica	07	19,44
Espírita	06	16,68
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

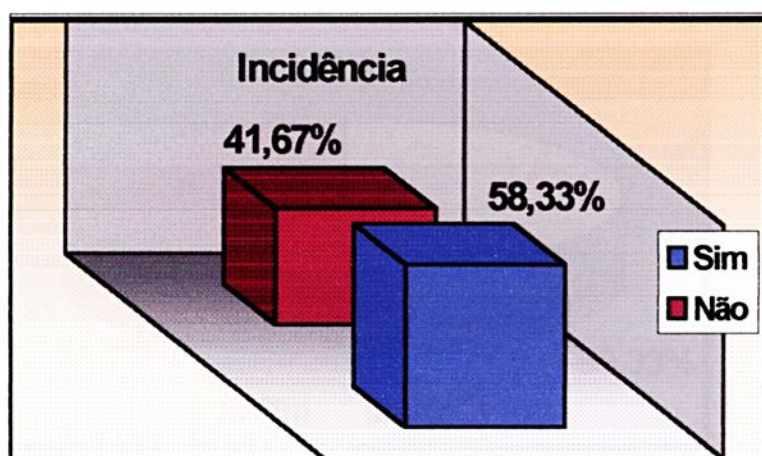
Conforme nos demonstra a tabela e o gráfico acima, 63,88% se identificam como católicos, 19,44% como evangélicos e 16,68% com espíritas.

Os entrevistados católicos não se dizem praticantes, mas exteriorizam uma religiosidade através de sua devoção aos diversos santos da Igreja Católica. Quanto aos evangélicos, estes são mais assíduos em seus cultos. Os espíritas, advindos da região católica por uma questão de preconceito da sociedade, pouco exteriorizam sua crença e com isso, elevam o percentual de católicos no Núcleo.

Tabela 12 – Distribuição de freqüência quanto incidência de conhecimento da existência de atividades sociais promovidas pelas comunidades religiosas.

Incidência	F	F%
Sim	21	58,33
Não	15	41,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru – janeiro a março de 2002.



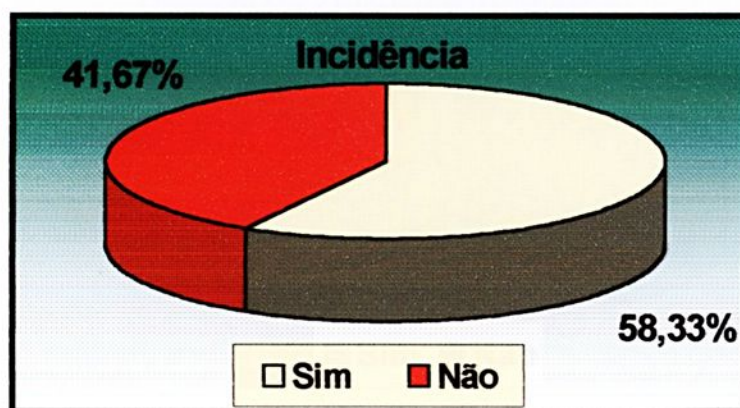
Descrição e Análise

Conforme tabela e gráfico, podemos facilmente visualizar que os moradores pesquisados do Núcleo, estão integrados aos eventos sociais de suas comunidades religiosas, expressa na porcentagem de 58,33%. Essas pessoas participam de variadas campanhas como: a de agasalhos, arrecadação de alimentos, bazar da pechincha, brechó, enxovais de bebê, artesanato, corte e costura e outros. Os moradores que responderam que não participam de nenhum evento, correspondem a 41,67%. O motivo alegado por todos foi unânime – falta de tempo para se dedicarem a uma atividade social promovida pela sua comunidade religiosa, isso não quer dizer que não freqüentem algum ato religioso.

Tabela 13 – Distribuição de frequência quanto a incidência de projetos freqüentados pelos moradores entrevistados.

Incidência	F	F%
Sim /Casa da Esperança	10	
Projeto Girassol	11	58,33
Não	15	41,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



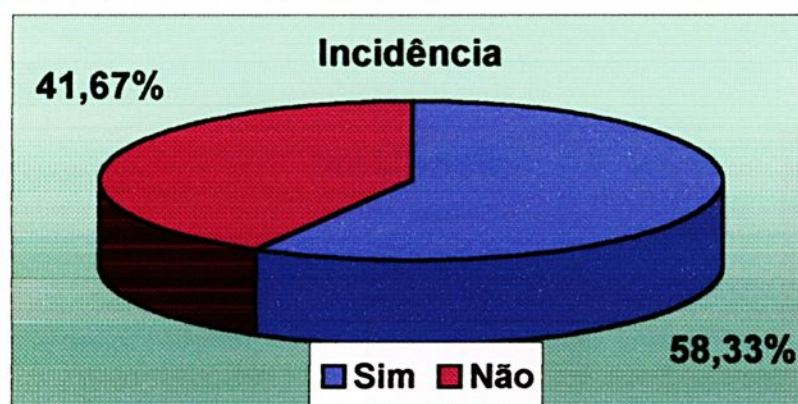
Descrição e Análise

Podemos observar através da tabela e gráfico, que 58,33% dos entrevistados participam de algum projeto que atende à população. Estes se subdividem em 11 entrevistados freqüentadores do projeto “Girassol” e 10 do projeto “Casa da Esperança”, ambos possuem uma diversidade de atividades, sempre buscando atender às necessidades do indivíduo como cidadão; 41,67% dos habitantes do Núcleo encontram-se envolvidos com a Creche “São José”. Os moradores não a identificam como um projeto social, mas sim, como um serviço vinculado à educação.

Tabela 14 – Distribuição de frequência quanto à incidência de conhecimento da existência de Associação de Moradores no Núcleo.

Incidência	F	F%
Sim	21	58,33
Não	15	41,67
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

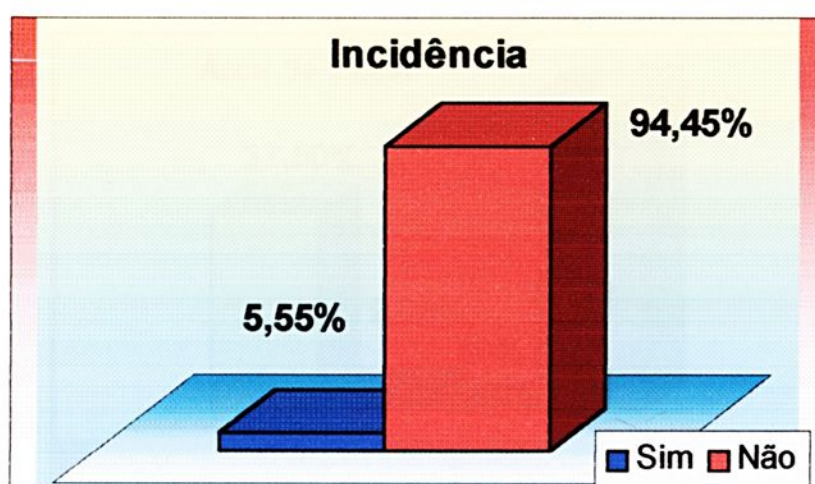
Os habitantes entrevistados responderam, segundo a tabela e o gráfico acima, que 58,33% tinham conhecimento da existência da Associação, porém, por estar desativada há bastante tempo (tempo esse que não souberam precisar) os moradores afirmaram que a entidade não desempenhou seu papel social a contento. Os indivíduos que tiveram a oportunidade de conhecê-la, não expressam positivas avaliações sobre a mesma, pois sabiam que as atividades promovidas se restringiam a bailes nos finais de semana, e quase sempre, terminavam em bebedeiras e “quebra-quebra”, ocasionando com isso, sua extinção.

A porcentagem de 41,67% desconheciam a existência da Associação.

Tabela 15 – Distribuição de frequência quanto à incidência de participação dos moradores nas atividades promovidas pela Associação, quando se sua existência.

Incidência	F	F%
Sim	02	5,55
Não	34	94,45
Total	36	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



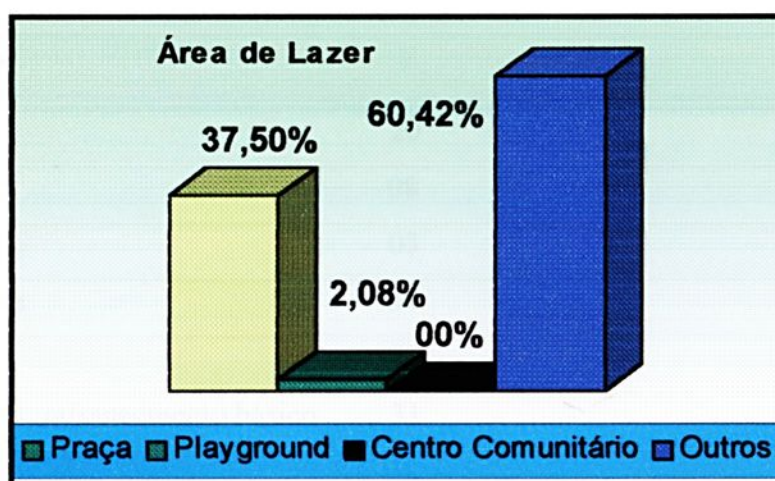
Descrição e Análise

Podemos observar através da tabela e gráfico acima, que a participação dos habitantes do Núcleo nas atividades promovidas pela Associação de Moradores - quando de sua existência - foi insignificante, pois apenas 5,55% alegaram presença nos encontros de final de semana (baile). 94,45% afirmaram nunca ter feito parte das atividades ditas sociais, promovidas pela Associação.

Tabela 16 – Distribuição de frequência quanto às áreas de lazer existentes no Núcleo.

Área de Lazer	F	F%
Praça	18	37,50
“Playground”	01	2,08
Centro Comunitário	00	00
Outros	29	60,42
Total	48	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru - janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

Quanto às áreas de lazer existentes no Núcleo F.R.L., os moradores entrevistados atribuíram mais de uma área, explicitada da seguinte maneira: 37,50% a praça; 2,08% o *playground* e 60,42%, outros locais.

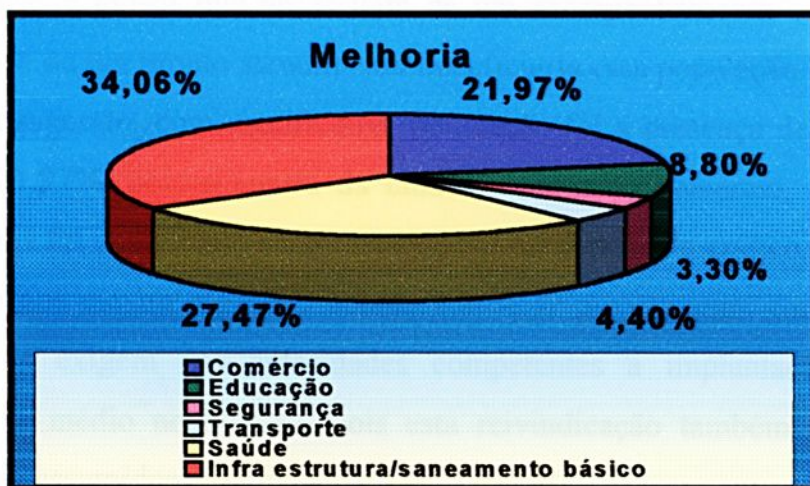
Segundo os entrevistados, o campo de futebol e a capoeira compõem uma importante atividade de lazer, pois no Núcleo são realizados campeonatos de futebol masculinos e vários jogos amistosos femininos. A capoeira é um esporte que

conquistou seu espaço no Núcleo e se desenvolve na antiga sede desativada da Associação de Moradores, considerada hoje como uma importante área de treino e lazer. Apesar de as condições materiais desse espaço não serem adequadas a prática esportiva, foi a que mais ofereceu condições de espaço, visto que, anteriormente, a residência da professora era utilizada como área de treino. E com o aumento do número de alunos, tiveram que buscar alternativas, que pudessem viabilizar seus encontros.

Tabela 18 – Distribuição de frequência quanto a sugestões para a melhoria do Núcleo segundo a população pesquisada.

Melhoria	F	F%
Comércio	20	21,97
Educação	08	8,80
Segurança	03	3,30
Transporte	04	4,30
Saúde	25	27,47
Infra estrutura/saneamento básico	31	34,06
Total	91	100,00%

Fonte: Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima - Bauru -janeiro a março de 2002.



Descrição e Análise

As sugestões para a melhoria do Núcleo, segundo a população pesquisada, revela que houve mais de uma necessidade apontada pelos moradores como nos mostra a tabela e o gráfico acima.

A questão mais apontada foi a da infra-estrutura e saneamento básico, com 34,06%, aspectos relevantes num Núcleo Habitacional, pois essas foram as primeiras necessidades prometidas pelos órgãos públicos no ano de 1994, quando do início de sua construção. O gráfico nos revela que até o momento, não houve o cumprimento dessas melhorias, como nos revela um morador.

“Estamos sempre pedindo que passem o asfalto, entretanto nem a máquina de nivelamento para tampar as valas eles trouxeram, temos ruas com tantos buracos que os carros não podem passar e quando chove, vira um verdadeiro caos; já solicitamos uma melhoria na iluminação e a instalação da rede de esgoto para as últimas ruas do Núcleo, que nem sequer foram terminadas, aliás, tudo aqui não foi terminado”. (R.L.)

A saúde foi um ponto bastante abordado, com 27,47%. Os habitantes relatam que sentem-se abandonados nessa área, principalmente, porque no núcleo existem muitas crianças e idosos que necessitam de um acompanhamento constante e um posto de saúde ou um pronto atendimento beneficiaria essa população.

Outra sugestão, com significativa pontuação foi a presença de um comércio local, com 21,97%, pois o centro da cidade, reduto do comércio, é afastado da cidade como já foi explicitado anteriormente em outra tabela e gráfico.

Como nos mostra o gráfico acima, 8,80% se preocuparam com a educação. Os moradores exigem das autoridades competentes a implantação do ensino fundamental e médio no Núcleo, pois esta reivindicação também fez parte dos compromissos assumidos pelo Estado e não cumprido.

O transporte, com 4,40% e a Segurança com 3,30% foram os menos apontados pela população pesquisada, não por acreditarem ser de menor importância, mas segundo a escala de necessidades, as questões acima expostas têm maior prioridade, pois o transporte, apesar de precário, atende à população e a segurança está sendo viabilizada através da CONSEG - Conselho de Segurança.

4.2 Análise Qualitativa das Respostas Abertas dos Moradores do Núcleo Fortunato Rocha Lima

Na segunda parte da pesquisa, escolhemos analisar as cinco (5) questões não fechadas que foram respondidas pelos moradores do F.R.L, com o objetivo maior de propiciar uma compreensão da vida cotidiana desses moradores.

A primeira pergunta aberta é: *“Após 1 ano de residência, o que mudou em seu bairro e em sua vida”*. A maioria dos entrevistados disseram que o aspecto mais importante são as casas de alvenaria, distintas dos precários abrigos que habitavam nas favelas. A recorrência dessa resposta demonstra o quanto eles valorizam esse

novo espaço de moradia, embora relatem a precariedade dessas novas casas, mal acabadas e não totalmente finalizadas pelo governo Estadual, em parceria com o Municipal. A ânsia de possuir a casa própria é o reflexo do sonho da classe média brasileira, sempre em busca de um imóvel como forma de estabilidade e aceitação social. Dessa forma, possuir uma residência seria ter uma identidade social, uma referência espacial na estrutura da sociedade.

A moradia é considerada por eles como um instrumento que deveria possibilitar a obtenção de emprego. Antes, enquanto moradores de favelas, não podiam sequer preencher fichas de inscrições para empregos de baixa capacitação escolar, pois eram marginalizados. O rótulo de favelado confundia-se com o conceito de marginalidade ou prostituição, no caso das mulheres. Ter um endereço fixo que trás o nome de Núcleo e não de favela, tenderia a amenizar o olhar discriminatório do empregador.

Inicialmente, a expectativa dos moradores do Núcleo era de que esse novo local de moradia os ajudaria a encontrar emprego e a serem aceitos na sociedade bauruense. No entanto, tal expectativa não se concretizou totalmente. Muitos conseguiram empregos, mas a maioria continua discriminada pela sociedade local. Porém, embora as nossas ações não possibilitem a inserção social dos moradores do Núcleo, estas desempenham um papel importante na vida deles: eles agora têm um endereço oficial e um bem patrimonial que também beneficia os filhos. A aquisição da casa própria também implicou na consciência de que para mantê-la, é necessário o pagamento de impostos e, para cumprir esses encargos urbanos, eles precisavam ter uma ocupação remunerada, mesmo que eventual, que garantisse a sobrevivência da família e a manutenção desse bem.

Morar no Núcleo, também significa para os entrevistados, a presença da Creche e da EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil - próximas às suas residências, o que facilita a ida das crianças levadas por seus pais ou outros responsáveis a essas instituições educacionais. A curta distância entre a residência facilita a vida das mães, que geralmente trabalham longe do Núcleo.

Outro benefício apontado pelos entrevistados, é a presença das Associações Assistenciais “ Casa da Esperança” e “Projeto Girassol”, que oferecem cursos gratuitos, apoio psicológico, oficinas artesanais e artísticas aos moradores. O trabalho desenvolvido nessas instituições com os habitantes do F.R.L., criou vínculos afetivos e de solidariedade. As mulheres se reúnem para discutir sobre a situação econômica e política do município e do Brasil em geral, mas a sua preocupação retorna sempre na atuação dos políticos em Bauru. Estão sempre atentos às suas atuações.

Nas segunda pergunta aberta do questionário: “*Você obteve alguma melhoria na sua qualidade de vida, desde que veio morar nesse Núcleo?*”. A maior parte dos moradores apontaram como melhoria no padrão de vida, aspectos relacionados à infra-estrutura e saneamento básico. Novamente surge o tema da casa própria, considerada melhor que os barracos existentes nas favelas. Conforme os entrevistados: “*Não chove dentro de casa*”, porém a falta de asfalto em todas as ruas, com exceção da rua principal, impossibilita que as residências permaneçam limpas como desejam algumas mulheres. O espaço circunstante determina o modo de vida dos moradores e o seu conceito de higiene levando-os a reproduzir no espaço físico de suas casas alguns hábitos, inclusive de “higiene”; que adotavam nas favelas: entrar com o pé enlameado dentro de casa, o tráfego de animais domésticos pelos cômodos das moradias; além disso, o piso sem revestimento, dificulta a limpeza. As mulheres entrevistadas enfatizaram que não conseguem manter as casas limpas, pois o contexto do Núcleo não permite. O desejo de manter a casa limpa, inclusive com a mudança de alguns padrões de comportamento relacionados à questão “higiene”, faz com que as moradoras reivindiquem junto às autoridades, o asfaltamento de todas as ruas do bairro.

Outra medida apontada pelos moradores é a rede de esgoto. Embora não haja asfalto, a rede de esgoto é funcional, o que ameniza as precariedades existentes na elaboração do bairro. O ônibus, que atualmente passa com mais frequência pelos pontos do Núcleo, é outro exemplo de melhoria, pois o bairro é muito distante do

centro da cidade. Antes, o ônibus circulava apenas em três horários, dificultando o acesso das crianças às escolas e dos adultos aos locais de trabalho.

As respostas dos moradores evidenciam que eles confundem qualidade de vida, no seu sentido mais amplo, com alguns benefícios como moradia, transporte e saneamento básico, que são direitos de todo cidadão e obrigação do Estado e do Município, pois estes pagam seus impostos.

Ao serem questionados sobre “ *Você teve alguma dificuldade em fazer amizade com seus vizinhos?* ” - a grande maioria dos habitantes do Núcleo disseram que não, pois já conheciam seus vizinhos das antigas favelas em que residiam ou dos mutirões, quando da construção das casas.

As mulheres mencionaram que a boa vizinhança que se estabeleceu entre elas foi decorrência do fator violência. Para enfrentarem a violência, elas tiveram que romper com os preconceitos, aceitando, inclusive, a mulher que é esposa de reeducando. Com o intuito de evitar a truculência dos bandidos e as revistas policiais, elas passaram a se organizar para irem juntas aos pontos de ônibus urbanos. Geralmente, no final do expediente de trabalho, elas também marcavam um local de encontro para retornarem juntas ao espaço do Núcleo. O ponto de ônibus tornou-se um local essencial no processo de socialização dessas mulheres. Elas passaram a freqüentar a casa uma das outras, trocar informações e a confiar nas companheiras.

O receio inicial de conviver com uma pessoa desconhecida, cedeu lugar à cumplicidade. Todas as mulheres se conscientizaram de que a união era a melhor maneira de lutar e evitar a ação dos bandidos e dos policiais, além de possibilitar uma convivência de vizinhança mais harmônica. Outro fator que possibilitou o estreitamento da amizade entre os vizinhos, foram as reuniões primeiro propostas pela Creche que tiveram continuidade na residência de uma moradora do Núcleo, conforme relato abaixo:



“Nós começamos a nos reunir na Creche São José , cumprindo o programa da casa; essas reuniões no começo eram para discutir os problemas das crianças que freqüentavam a Creche; depois passamos a falar sobre os nossos problemas econômicos. A partir daí os nossos encontros foram mais freqüentes e foi trabalhado a questão de nossa auto-estima, o que nos possibilitou analisar nossos direitos e deveres de cidadãs. As reuniões passaram a ser realizadas em nossas casas; dispúnhamos sempre de três casas, a minha, a da M. e N., fazíamos um rodizio. As discussões passaram também para o campo político, liamos jornais, ouvíamos os noticiários no rádio e televisão e discutíamos tudo. (M.L.P.)

Os moradores do F.R.L ao responderem as questões *“Qual a sua maior dificuldade na busca de emprego? E como você enfrenta essa dificuldade?”*- enumeraram como fatores a crise econômica que atinge o país, a baixa escolaridade, a faixa etária e o estigma de violento que o bairro porta perante a sociedade bauruense. Para enfrentar essas dificuldades, eles geralmente deixam o endereço de parentes nos locais de trabalho e nas agências de emprego, pois o bairro F.R.L é considerado pela população da cidade como violento; que acolhe somente prostitutas, marginais e mulheres de bandidos.

Outra estratégia dos moradores é a defesa do Núcleo, pela divulgação dos aspectos positivos desse espaço, como a presença dinâmica das Associações Assistenciais, os projetos profissionalizantes e culturais. Enfatizam a todo instante que existem pessoas honestas e dignas residindo no Núcleo e que a violência está presente em todos os locais, não apenas no F.R.L.

As mulheres que conseguem emprego mostram-se eficientes e buscam fazer cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela instituições presentes no bairro. Demonstrar profissionalismo e interesse pelo serviço, é outra forma de lutar contra o desemprego e a marginalização social. Aquelas que não conseguem emprego formal não desanimam, encontrando no mercado informal uma possibilidade para sua subsistência: fazem doces, bolos, salgados e lanches, inclusive *light*, embrulhados em papel filme, priorizando muito a higiene e o visual, para cativar um número

maior de fregueses. Outras, fazem faxinas mesmo que esporádicas, através de indicação de outras mulheres residentes no bairro, já empregadas.

A última questão aberta, "*Quais as suas expectativas para o futuro?*"- trazem os sonhos e anseios dos moradores do Núcleo. As mulheres almejam emprego, formação educacional e saúde para seus filhos, além de quererem vê-los casados, com uma família estruturada e estável. Tais anseios revelam que essas mulheres interiorizaram os projetos da classe média, que sempre visaram à educação como instrumento para a obtenção de emprego, ocasionando a melhoria do padrão de vida. O interessante é que essas mães não têm expectativas para elas próprias, mas para os outros, sobretudo os filhos. Contentam-se com a idéia de que conseguiram a casa própria, preocupando-se em mantê-la para a prole e os netos.

Outra expectativa muito enfatizada pelos moradores do Núcleo, é a construção de escolas estaduais de ensino fundamental e médio no bairro, facilitando e melhorando o nível educacional das crianças e jovens. Eles também não querem mais ser vistos como bandidos pela sociedade local e que a pobreza não seja sinônimo de criminalidade, perante os olhos daquelas que não habitam o F.R.L.

Segundo Martins, (1997), existe uma dialética que atinge os pólos inclusão e exclusão. O sistema capitalista tende a desenraizar e excluir os indivíduos, incluindo-os numa sociedade paralela que tem suas próprias regras e lógicas.

A "sociedade paralela" surge no seio da própria sociedade, dita "normal", abarcando os indivíduos que não têm seus padrões morais, espirituais e culturais respeitados, pois destoam dos valores fixados pela sociedade mais ampla. As moradoras do F.R.L, a maioria delas inseridas no mercado informal e rotuladas de forma negativa pela sociedade local, tendem a incorporar os valores da classe média, para que seus filhos possam futuramente pertencer à sociedade "normal" e, dessa forma, não serem "vítimas da "sociedade paralela".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu destacar, nos capítulos que compõem esta dissertação, como os políticos de diversas etapas da história brasileira se valeram da ideologia da casa própria para atingirem seus interesses na manutenção do poder, que tanto se amplia na esfera Federal como também Estadual e Municipal. Essas políticas habitacionais, aqui mencionadas, calcadas por diversas intenções, inclusive em função da auto-promoção, também se refletiram na realidade bauruense, especificamente na organização e elaboração do Núcleo Fortunato Rocha Lima.

A implantação do projeto de desfavelamento e sua efetiva construção, não correspondeu, nem de longe, ao que foi realizado no Núcleo e hoje, por descaso de nossos representantes políticos, está remetido ao mais profundo esquecimento. Porém, as pessoas que nele vivem têm bem claro essas promessas não cumpridas e quem as fez e quando, mostrando-nos que estão alerta em relação a esses dirigentes e marcando de perto seus “passos”. Eles têm uma memória política muita desenvolvida, provocada pelas necessidades às quais vêm se submetendo no decorrer de suas vidas. Como disse uma moradora, N.T., *“Foi a falta de tudo que nos fez acordar das tantas promessas não cumpridas...”*. Hoje esses moradores se reúnem para discutir as melhorias que precisam ser feitas no Núcleo e como cobrar dos dirigentes políticos. Ao contrário do que se pensa, as classes menos favorecidas, no caso o universo pesquisado, tem uma consciência grande de cidadania, muitas

vezes ausente em grupos mais abastados de uma educação formal, o que vem se confirmar quando Gramsci diz:

“ Por intelectual, devemos entender não somente essas camadas sociais as quais chamamos tradicionalmente de intelectuais, mas, em geral, toda a massa social que exerce função de organização no sentido mais amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública.... dessa forma cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função, cria para si a homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”(1977, p.57).

Um outro fator que consideramos de suma importância foi a presença de algumas instituições presentes no Núcleo, como o Centro Espírita Amor e Caridade, que desenvolve o projeto “Girassol”, a igreja protestante, com o projeto “Casa da Esperança” e a Congregação Coração de Jesus na Creche “São José”, que trouxeram em suas bagagens um referencial, pelo qual as pessoas moradoras do Núcleo puderam se nortear. Os trabalhos desenvolvidos por essas instituições priorizaram a questão do resgate da auto-estima e com ela, a conquista da verdadeira cidadania e, para depois atender às necessidades de profissionalização desses moradores, a fim de que tivessem melhores oportunidades de trabalho, a partir desse enfoque de cidadão.

Interessante também ressaltar como os moradores do Núcleo F.R.L., especialmente as mulheres, suas principais construtoras (conforme nossa pesquisa atestou), introjetaram valores morais e espirituais da classe média em seu cotidiano, talvez não tanto para si, como revelam as entrevistas, mas principalmente para seus filhos, para os quais é vislumbrado um futuro promissor e repleto de sonhos, ainda que de difícil alcance.

Embora estigmatizados pela sociedade, que tem um pseudo-desejo de inclusão desses indivíduos, mas que na verdade os exclui, os moradores do Núcleo

F.R.L. não incorporaram a “mancha” de párias que lhes é atribuída e irão continuar lutando por uma mais autêntica inclusão social.



BIBLIOGRAFIA

AMMANN S. B. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 1991. 171 p.

BERTOLLI, C. F. **De Getúlio a Juscelino 1945-1961.** 1 ed. São Paulo: Ática, 2000. 64 p.

BLAY, E.A. **A luta pelo espaço.** Petrópolis: Vozes, 1978, 74 p.

BONDUKI, N. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana.** 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, 167 p.

CAMARGO, P.S. **A ideologia do Trabalho.** São Paulo: Moderna, 1992, 87 p.

CARCANHOLO (Org). **Neoliberalismo: a trajetória do nosso tempo.** São Paulo: Cortez, 1998, 120 p. (Coleção: Questões da Nossa Época; v. 65)

CARDOSO, F. H. e IANNI, O. **Homem e Sociedade: Leituras Básicas de Sociologia Geral.** 13 ed. São Paulo: Nacional, 1983. 317 p.

CARONE, E. **A República Liberal I – Instituições e Classes Sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985. 390 p.

CARVALHO, M.C.B. (Org) **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. 121 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1999, 611 p.

CASTRO, A. M. e DIAS, E. F. (Orgs). **Introdução ao Pensamento Sociológico**. São Paulo: Editora Moraes , 1988, 158 p.

CHAUÍ, M. **O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira – Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 106.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1965. 350 p.

DEMO, P. **Charme da Exclusão Social**. São Paulo: Autores Associados. 1998, 125 p.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 241 p.

DURHAN, E. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

ESCOREL, S. **Exclusão no Brasil contemporâneo**. ANPOCS, Caxambú: 1995.

FERREIRA, M.L. **A Teoria Marxiana do Valor – Trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1992, 137 p.

FORACCHI M. M. **Participação Social dos Excluídos**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982. 173 p.

FORTI, R. (Org). **Marxismo e Urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1979.

GAIGER, L. I. (Org.). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. 1ª ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. 158 p.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara KOOGAN S.A, 1988, 158 p.

GOHN, M.G. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. 191 p.

GONÇALVES, M.F. (Org) **O Novo Brasil Urbano: Impasses. Dilemas. Perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 360 p.

HENRIQUES, R. (Org) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. In:____. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas – Pretecelle e Valadares L. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 740 p.



KALOUSTIAN, S.M. (Org). **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. ABE PSS. Ano. 2, n 3 (Jan/Jul. 2001). Brasília: Giraflini, 2001. 88 p.

KLIKSBERG, B. **O Desafio da Exclusão**. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209 p.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 144 p.

KRUG, J. **Mobilização Comunitária**. São Paulo: Cortez, 1984.

LEDROUT, R. **Sociologia Urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971. 208 p.
Tradução: Maria Heloísa de Souza Reis.

MARTINS, J.S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997, 140 p.

MEIHY, C.J.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO. A. F. **Mundialização e Política em Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1996, 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 58)

NASCIMENTO, E. P. **Modernidade Ética: um desafio para vencer a lógica perversa da nova exclusão**. Proposta (65), Rio de Janeiro: FASE, junho de 1995.



OLIVEIRA, M. C. (Org) **Demografia da Exclusão Social**. São Paulo: UNICAMP, 2001, 190 p. In: _____. **Transformação urbana e Dialética entre integração e Exclusão Social: Reflexões sobre as cidades e o caso de Santiago do Chile**. Sabatini Francisco, 165 à 190.

PARSONS. T. **O Conceito de Sistema Social**. In _____. **Homem de Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1983, p. 47

RIBEIRO, L.C.Q. **Governabilidade e Pobreza no Brasil**. In: _____. **A (in) governabilidade da cidade? Avanços e Desafios da reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 107.

SANTOS, N. **Por uma outra Globalização: Do pensamento único à Consciência Universal**. 1 ed. São Paulo: Record, 2000. 174 p.

SCHWARTZ, E. e NOGUEIRA, V. M. R. **Exclusão Social: a desigualdade do séc. XX**. In: _____. **Revista Ser Social – ISSN 1415-6946, nº 6 . Questão Social e Serviço Social**. Brasília: Universidade de Brasília, Janeiro e Junho de 2000. 264 p.

SAWAIA, B. (Org) **As artimanhas da Exclusão**. In _____. **Refletindo sobre a Noção de Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SIMIONATO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 281 p.



SPOSATI, A. **A inclusão social e o Programa de Renda Mínima.** In: _____. Serviço Social & Sociedade nº 66, ano XXII, ISSN - 0101-6628. São Paulo: Cortez, julho de 2001.

SILVA, M.O.S. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989, p. 43-186.

SILVA, S. A. **Exclusão Digital – A miséria na era da informação.** 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização.** 12 ed. São Paulo: Contexto, 1998, 152 p.

_____, **Globalização e Desemprego – Diagnósticos e Alternativas.** São Paulo: Contexto, 1999.

_____, **Repartição da Renda - Pobres e Ricos sob o Regime Militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

STACCONE, G. **Gramsci: Bloco Histórico e Hegemonia.** São Paulo: CVP - Centro de Pastoral Vergueiro, 1987. 56 p.

PEDROSO, R. **Violência e Cidadania no Brasil – 500 anos de exclusão.** São Paulo: Ática, 2000.

PEIXOTO, A. C. G. **Mapa da Qualidade de Vida.** 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999, p. 145.



PERLMAN, J.E. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Políticas no Rio de Janeiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Tradução de Waldivia Marchiori Portinho).

PERUZZO, D. **Habitação – controle e espoliação.** São Paulo: Cortez 1984, p. 22-124.

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. Mínimos de cidadania: ações afirmativas de enfrentamento da exclusão social.** Caderno do Núcleo de Seguridade e Assistência Social (4), São Paulo: PUC, 1996.

WANDERLEY, M.B. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In____. As Artimanhas da Exclusão. SAWAIA, B. (Org). Petrópolis: Vozes, 1999, p. 76

_____, **Metamorfose do Desenvolvimento de Comunidade.** São Paulo: Cortez, 1993.

VELHO, O. G. **Desvio e Divergência – Uma Crítica da Patologia Social.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 144 p.

_____, (Org) **O Fenômeno Urbano.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 133 p.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 183 p.

Prefeitura inicia obras de desfavelamento



As obras vão contemplar mais de 500 famílias que residem hoje em favelas (foto Éder Azevedo)

Prefeitura dá início às obras do desfavelamento

Foram iniciadas, ontem, as obras físicas do Programa de Desfavelamento de Bauru, que vai contemplar 574 famílias hoje residentes em favelas localizadas às margens de rios e córregos. Até então, a Prefeitura vinha se concentrando na terraplenagem do terreno e na realização das demais obras de infra-estrutura. O início das obras, que foi acompanhado pelo prefeito Tidei de Lima e pelos coordenadores do programa, José Cardoso Neto e Catarina Carvalho, se deu com a concretagem dos "radiers", denominação técnica dada ao contrapiso das residências.

De acordo com o prefeito,

as primeiras casas a serem construídas pelos mutirantes vão abrigar os escritórios que deverão oferecer sustentação técnica e logística para a construção das primeiras 186 unidades da etapa inicial, num trabalho a ser coordenado por três instituições.

O prefeito anunciou, ainda, já ter trazido de São Paulo - onde esteve na última quinta-feira - cheque no valor de CR\$ 41 milhões, referente à quota de Bauru da Loteria da Habitação, recursos que já estão sendo empregados na construção dos alicerces das unidades habitacionais padrão, com 35 m², inicialmente, e pré-

visão de ampliação para até 48 m².

Para Tidei, é difícil prever um prazo para a conclusão das obras, "pois os mutirantes, em muitos casos, não são pedreiros, não têm experiência na área e embora devam passar por uma espécie de cursinho intensivo, não estamos falando de uma mão-de-obra especializada." Mesmo assim, ele acredita que até o final deste ano "uma boa parte das famílias hoje morando em favelas vão estar morando num núcleo habitacional dotado de toda a infra-estrutura, enfim, em condições mais dignas", concluiu o prefeito.

DATA 14/10/93 JORNAL DA CIDADE

DIÁRIO DE BAURU BAURU, 14 DE OUTUBRO DE 1993.

Iniciadas as obras do núcleo de desfavelamento de Bauru

De acordo com o cronograma previamente estabelecido pelo prefeito Tidei de Lima, foram iniciadas, ontem, quarta-feira as obras de terraplenagem da área de 17 hectares, localizada entre o Cemitério Cristo Rei e a rodovia Bauru-Marília, onde serão construídas as primeiras 620 casas do Projeto de Desfavelamento elaborado pela Prefeitura. O prefeito Tidei de Lima compareceu ao local, acompanhado do secretário de Planejamento, José Xaides

de Sampaio Alves; dos coordenadores de projeto, José Cardoso Netto e Catarina Carvalho, e do vereador Futaro Sato (PMDB). O serviço de terraplenagem do terreno deverá estar concluído até o final de novembro e, paralelamente, a área será dotada de água e energia elétrica, para que os mutirantes-favelados iniciem as construções de suas novas moradias ainda no mês de janeiro. **Página 10.**

D.B. 14/10/93

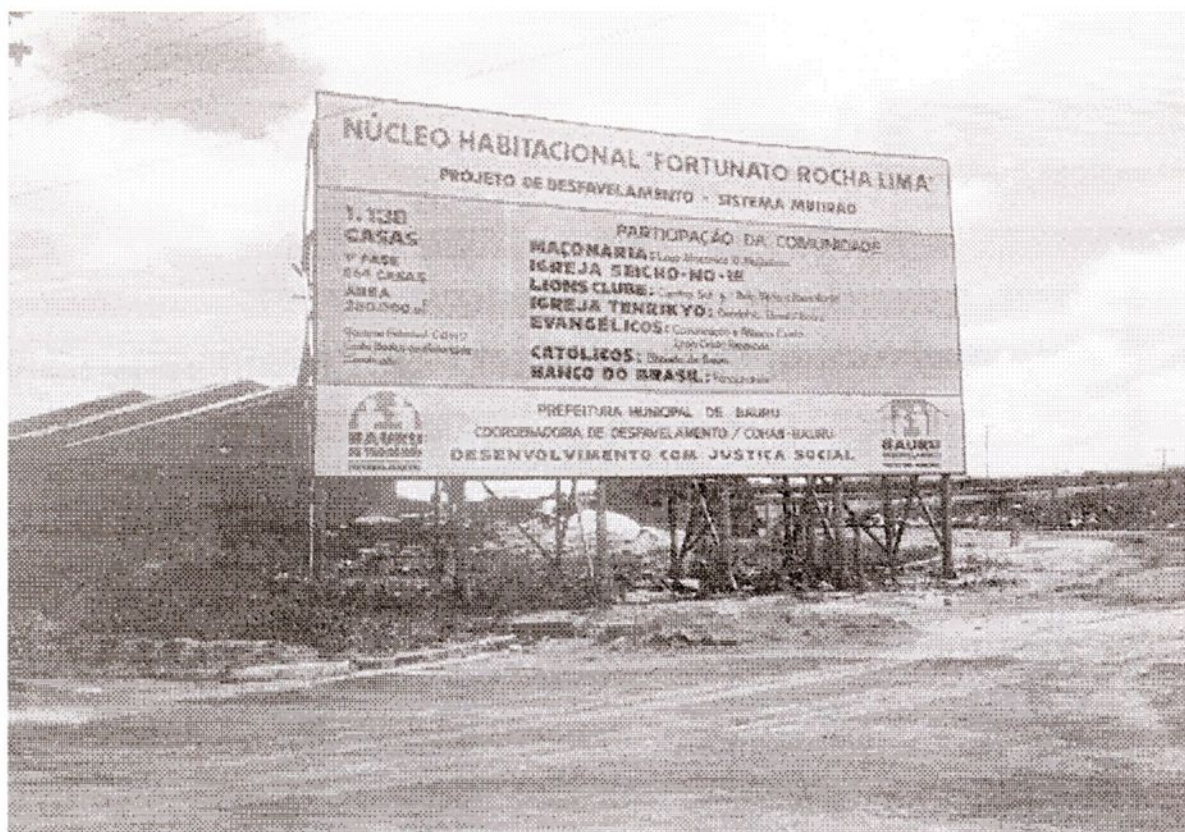












Secretário inaugura

DIÁRIO DE BAURUR 7/11/91 - QUINTA-FEIRA 6 99

CDHU e libera CR\$ 15 milhões para desfavelamento

Nos próximos dias, a Prefeitura de Bauru deverá receber verbas da ordem de CR\$ 15 milhões, para investimento em infra-estrutura nas áreas em andamento do Núcleo de Desfavelamento, que está sendo construído nas proximidades do Cemitério Cristo Rei, da rodovia Marechal Rondon e do Distrito Industrial - III, também em fase de implantação. O anúncio foi feito ontem, pela manhã, pelo próprio secretário da Habitação, Arnaldo Jardim, que esteve em Bauru para a inauguração oficial do Escritório Regional da CDHU, instalado na rua Antônio Xavier de Mendonça, 431, Vila Universitária.

Antes de inaugurar a sede da CDHU, o secretário Arnaldo Jardim, acompanhado do prefeito Tí-dei de Lima, do deputado Roberto Puzini, de vereadores e prefeitos de toda a região, visitou o canteiro de obras do Núcleo de Desfavelamento e se mostrou surpreso "com a velocidade espantosa das obras". Na oportunidade, o secretário reiterou que o projeto de desfavelamento que está sendo executado em Bauru tem um caráter exemplar, pela forma diferenciada e inovadora como vem sendo executado, com a participação dos favelados e de amplos segmentos da comunidade". O secretário informou, ainda, que técnicos de sua Pasta já estão providenciando o cadastramento das famílias, para podermos, a partir deste cadastramento, sistematizar a participação nessa mutirão, de uma forma definitiva, até a conclusão das obras.

Segundo o secretário, o Escritório Regional de Bauru, da CDHU, corresponde a um reordenamento territorial planejado pela Secretaria de Habitação, pois antes a região de Bauru era acompanhada pelo Escritório Regional de



O secretário Arnaldo Jardim, foi recebido pelo prefeito Tí-dei, o deputado Puzini e assessores e acompanharam (foto Jair Acatune Jr.)

Matília, o que era uma grande inconveniência, não só pela distância, mas também pelo número de unidades habitacionais que nós temos aqui na região de Bauru", Jardim salienta que o Escritório Regional da região "vai ter autonomia para fazer todo o processo de levantamento, de pós-ocupação que fazemos sistematicamente para ver se a pessoa não negociou sua casa, bem

como o trato com os municípios, o recebimento das solicitações e documentação e até proceder a vistoria de terrenos".

Jardim informa que isto representa substancial economia para a Secretaria da Habitação, "porque não teríamos mais que deslocar técnicos de São Paulo para vir à região e casamos compondo o quadro com funcionários que estão sendo reprecitados de outros escritórios vizinhos ou de pessoas que, em São Paulo, preferiram ao deslocar para cá", disse.

CRÍTICAS AO PLANO ECONÔMICO

O secretário, no entanto, confessou "frustrado" com o plano econômico posto em prática pelo PSDB, através do ministro Fernando Hadda-

rique Cardoso, "porque esperávamos que o ministro apontasse um caminho que significasse controle, os juros, disciplinar e estimular o desenvolvimento. Ao contrário, a receita que está sendo proposta é muito semelhante a tudo que vimos até agora, pois é uma receita recessiva, de juros altos e de corte de recursos", Jardim denunciou, ainda que o ministro Fernando Henrique Cardoso "quebrou" um acordo firmado na Câmara Federal, quando da aprovação do IPMFI. "Pelo acordo, vinte por cento do que seria arrecadado com o IPMFI, deveria ser levado em habitação, para que esse dinheiro simplesmente não fosse usado para engordar o cofre do tanto contos e estamos estancados com a dívida do ministro de liquidar o 'incêndio'", concluiu.

Bauru, quarta-feira, 2 de março de 1994 - Página 3

Jornal da Cidade



O governador Fleury assina o protocolo de intenções, entre Tidei de Lima e Roberto Purini

Fleury libera US\$1,8 mi para desfavelamento

O governador Luiz Antônio Fleury Filho assinou ontem, na Capital, o protocolo de intenções que prevê a liberação de recursos da ordem de US\$1,8 milhão, em forma de financiamento para a aquisição dos materiais de construção a serem empre-

gados no Programa de Desfavelamento de Bauru. A solenidade teve a participação do prefeito Tidei de Lima, vereadores, favelados, secretários municipais, deputado Roberto Purini e, como convidado especial, o ex-deputado e ex-prefeito de Bauru, empre-

sário Alcides Franciscato. Fleury disse saber que esta não é a solução definitiva para o problema das favelas em Bauru, mas lembrou que, por enquanto, 574 famílias vão poder realizar o sonho da casa própria.

Página 3

18 de setembro de 1994 - Domingo

Diário de Bauru • II

Mutirantes aceleram ritmo para deixar favela

Quatro das 574 casas já estão prontas

Os mutirantes do projeto de desfavelamento, idealizado pela Prefeitura Municipal e com parceria da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano), fizeram quatro casas geminadas que já estão com telhado. Outras quatro estão semi-prontas, faltando apenas telhado e 42 com meia alvenaria,

faltando pouco para chegar na altura do telhado. São 132 pessoas trabalhando desde o dia 20, que residem nas favelas do Flórida e Samburá. A terraplanagem das 574 casas, previstas para serem entregues em agosto de 95, está pronta.

De acordo com as informações do engenheiro responsável pela obra, José Rei-

naldo de Carvalho, cada casa terá uma área inicial de construção de 33,40 metros quadrados. O projeto prevê alicerce pronto para que cada morador possa ampliar a residência, construindo mais um dormitório. Com isso, a área final pode se ampliar para 46,80 metros quadrados. Segundo ele, o local onde estão sendo construídas as casas já conta com 50% de rede de energia elétrica e rede de água em 40% da área. A rede de esgoto deve ser instalada quando faltar dois meses para a entrega do núcleo.

O engenheiro, acompanhado pela coordenadora educacional do programa, Catarina Carvalho, assegurou que serão construídos centros comunitários na área. "Os próprios mutirantes construirão esses centros", destacou. Ele disse também que há uma área destinada à construção de escolas e posto de saúde. Na primeira fase do projeto, com entrega das 574 casas, favelas como São Manoel, Vila Garcia, Flórida, Samburá, Maria Célia, Ivone, Parque São João e Vila Zillo serão beneficiadas.



Esteria Aparecida Pacheco: põe a mão na massa para conseguir a casa própria (Foto: Su Stathepoulos)

Entidades fornecem almoço a mutirantes

Dois entidades estão fornecendo alimentação às 132 pessoas que trabalham no mutirão do desfavelamento, o grupo da maçonaria e os evangélicos da Comunicação e Missão Cristã. Cada uma é responsável por 66 mutirantes. O cardápio é apetitoso, no almoço de ontem, foi servido arroz, feijão, carne moída ao molho com batata e mandioca e salada de alface. Cada grupo consome oito quilos de arroz, quatro de feijão, oito de carne, além de cinco quilos de legumes.

Nos finais de semana, por volta

das 10h30, os mutirantes são chamados para comer, sendo que cada um deve levar a vasilha de casa. Ninguém se queixa do cardápio, muitos deixam com água na boca os outros integrantes da família. "Não costumamos permitir que as pessoas levem comida para casa, mas outro dia um senhor disse que sua esposa estava até doente porque ficou com vontade de comer a refeição que é oferecida aqui", contou a coordenadora educacional do projeto de desfavelamento, Catarina Carvalho.

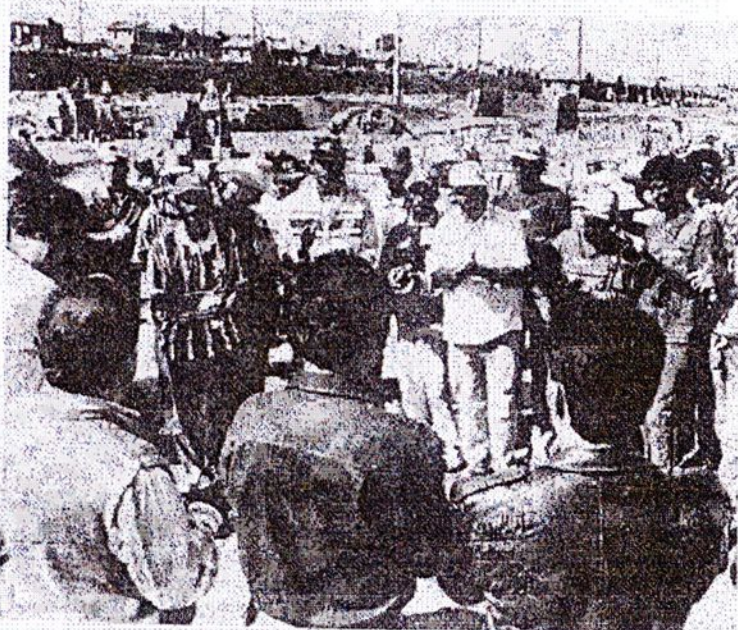
Entidades devem manter o trabalho social no Núcleo de Desfavelamento

O Núcleo de Desfavelamento, construído pela Prefeitura no Parque Roosevelt, (medições do Cemitério Cristo Rei, zona norte da cidade), deverá ser dotado de vários equipamentos sociais. A garantia é do coordenador do Programa de Desfavelamento, José Cardoso Neto, que anunciou a doação de terrenos às entidades que participam do programa, para a construção de creches e escolas profissionalizantes.

Segundo Cardoso, os terrenos, com 400 m2 de área cada um, já estão sendo doados às entidades para que elas possam construir os prédios que vão abrigar os serviços sociais. No caso da Igreja Católica, por exemplo, através da Irmã Cassiana Pace, do Colégio São José, e do próprio bispo diocesano, Dom Aloysio Laci Penna, há o compromisso de construir uma creche; os evangelistas, vão implantar cursos profissionalizantes para as mulheres; a Maganaria deve instalar um curso profissionalizante na área de construção civil - através de convênio com o Senai - e os funcionários do Banco do Brasil devem implantar uma escola de datilografia que deverá incluir noções básicas de manuseio de computadores.

"Com isto - disse Cardoso - as entidades não vão se limitar à garantia de alimentação dos moradores, mas vão permanecer atuando ativamente, mesmo após a entrega das casas", disse, acrescentando que, hoje, sete entidades já desenvolvem este trabalho de parceria com a Prefeitura e até o final do mês mais duas entidades devem formalizar a adesão ao projeto.

Banco do Brasil - Na última final de semana, funcionários do Banco do Brasil iniciaram os tra-



O prefeito reuniu-se com os participantes do projeto de desfavelamento (Foto: Acelfuno Jr.)

balhos junto a mais de 66 famílias de moradores, garantindo alimentação e orientação aos favelados. Paulo Bonzanini, representante dos funcionários do BB, informa que historicamente, os funcionários do banco participaram de eventos de caráter social, como por exemplo, a campanha da cidadania promovida pelo Retinho. "Agora surge esta oportunidade de trabalharmos junto com a Prefeitura nessa obra que julgamos de grande importância, e estamos atuando", disse.

De acordo com Bonzanini, pode-se observar a seriedade com que o prefeito, os engenheiros e coordenadores conduzem este processo. Segundo Bonzanini, 80 funcionários do banco trabalham junto ao programa, através de revezamento, sempre nos finais de semana.

Primeira etapa - O prefeito Tadeu de Lima disse, na oportunidade, que não existe um prazo definido para a entrega da primeira etapa das obras. "Mas evidente que pretendemos chegar no final do ano com algumas centenas de casas entregues e, em função das necessidades, pode ser que entreguemos algumas casas antes do final do ano", disse.

Para o prefeito, o mais importante é que o Núcleo de Desfavelamento está sendo construído. "O entusiasmo é muito grande e a adesão das entidades tem aumentado à medida que surgem as primeiras casas e por isso temos que aproveitar esta oportunidade e integrar o maior número de entidades baurenses neste projeto, de enorme alcance social".

PROGRAMA DE DESFAVELAMENTO ENTREGA 400 CASAS ESTE ANO

As primeiras 400 casas do Núcleo Habitacional "Fortunato Rocha Lima" (Programa de Desfavelamento), deverão ser sorteadas e entregues aos favelados, no final do mês de dezembro ou início de janeiro, de acordo com o cronograma

anteriormente traçado. A informação foi dada pelo coordenador do programa de desfavelamento, engenheiro José Cardoso Neto, durante solenidade realizada sábado no local, que assinalou o fim da participação, nesta primeira etapa do programa, da Igreja Seicho-No-Ié. Na oportunidade foi inaugurado, também, um

"play-ground" a ser utilizado pelas crianças do núcleo, doado pelo prefeito de Pedernópolis, Giacomo Bertolini (PV), que se sensibilizou com a extensão social do programa desenvolvido em Bauri, quando da visita recente à nossa cidade.

Segundo Cardoso Neto, três entidades já deixaram o canteiro de obras nesta primeira etapa do programa: a Maçonaria, a Comunidade Evangélica e Igreja Seicho-No-Ié, sendo que as três entidades assistiram e acompanharam o trabalho de construção de 198 casas.

O coordenador do Programa de Desfavelamento revelou, na oportunidade, que 320 casas já estão sendo totalmente concluídas,

incluindo as 198 das três entidades que deixaram a primeira etapa do programa e outras unidades já concluídas, sob responsabilidade de outras instituições. Ele avalia que até o final de dezembro ou começo de janeiro, mais 80 unidades vão ser concluídas,

pelos próprios favelados, em regime de mutirão, nos finais de semana, por pedreiros da Prefeitura Municipal, reeducandos do Instituto Penal Agrícola de Bauri e reeducandos dos Complexos Penitenciários I e II.

Os recursos são da Prefeitura (terreno, parte da mão de obra, redes de água, luz e esgoto, energia elétrica, terraplanagem e pavimentação) e da Coordenadoria de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, do Governo do Estado, que financia a cesta básica da construção.

As entidades, além de participarem do programa, fornecendo

alimentação aos mutirantes favelados e oferecendo apoio social, participam, agora, da implantação de creches, escolas, centro comunitário e toda a infraestrutura de apoio social, objetivando oferecer melhores oportunidades aos futuros moradores do local e às suas crianças e adolescentes.

Paralelamente, o Programa de Desfavelamento recebeu, ao longo deste ano e parte do ano passado, uma série de doações e apoios, como por exemplo, de empresas que prestam serviços à CPFL e que providenciaram a doação dos materiais utilizados na implantação da rede de iluminação pública do local.



Um play-ground foi doado pelo prefeito de Pedernópolis, Giacomo Bertolini

quando então, será feito o sorteio entre os favelados que participaram do mutirão.

PROJETO COMUNITÁRIO

O Programa de Desfavelamento de Bauri - um dos maiores em andamento no Brasil - está sendo desenvolvido pela Prefeitura, de uma forma inédita, através de uma parceria com várias entidades sociais da cidade, como as Igrejas Seicho-No-Ié, Tenri-Kyo, Católica, Comunidade Evangélica, Loja Maçônica "O Aleijadinho", Associação dos Funcionários do Banco do Brasil e Lions Clube.

As obras estão sendo realizadas

Atenção-45

REVISTA ATENÇÃO BAURU 15 DE DEZEMBRO DE 1995.

Ansiedade marca primeiro sorteio do Desfavelamento

A expectativa tomou conta das famílias que compareceram ao sorteio das primeiras 125 casas. Moradora do Flórida foi a primeira a ser sorteada

As famílias que compareceram ontem para o sorteio das casas do Projeto do Desfavelamento estavam bastante ansiosas. Alguns bancos, que foram providenciados para que as pessoas aguardassem o sorteio sentadas, ficaram o tempo todo vazios, pois a expectativa diante do sorteio era grande.

Quando os representantes da Prefeitura Municipal deram início aos trabalhos, por volta das 9 horas, todos se levantaram e ficaram em volta da mesa onde eram retirados os números. A passadeira Diná Maria dos Santos, 32 anos, residente no Jardim Flórida, foi a primeira sorteada. Ela estava com o número quatro e escolheu a casa 20 para morar. Emocionada, disse que espera se mudar rapidamente para dar início a uma vida nova. Durante o final de semana, a Prefeitura Municipal de Bauru vai sortear 408 casas. Ontem de manhã, 125 famílias, com ótimo desempenho e assiduidade durante o período de construção das



A passadeira Diná Maria dos Santos foi a primeira a ser sorteada

casas, já escolheram o local onde vão morar. O restante das casas será sorteado ontem à tarde e hoje de manhã. O prefeito Tidei de Lima esteve no local para desejar sorte às famílias. Ele disse que esse é um

acontecimento histórico para a cidade: "O Projeto do Desfavelamento foi coroado de êxito e quem ganha com isso é a sociedade. Através desse projeto, nós pretendemos implantar vários programas de habitação."

DIÁRIO DE BAURU BAURU, 3 MARÇO DE 1996.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Em continuidade ao Projeto Desfavelamento da Prefeitura Municipal de Bauru, implantado através do Decreto nº 6.725, de 16 de outubro de 1993, com a finalidade de erradicar as favelas de Bauru, principalmente aquelas situadas em locais de risco, sujeitas a enchentes, deslizamento e tantos outros problemas sociais, solicitamos recursos para a construção de mais 410 casas que concluiriam a 1ª Etapa do Projeto.

Informamos que a 1ª Etapa compreenderiam 964 casas, sendo que 554 já estão em fase de acabamento, das quais 400 já estão terminadas e habitadas.

A foto em anexo mostra o Núcleo, no mês de março, aonde além das casas, podemos verificar algumas das construções que constituirão o futuro Campus Social do Núcleo, exigidos pela comunidade (a direita da foto).

Temos no referido Campus em fase de acabamento:

- Creche para crianças de 0 à 6 anos, construída pela Comunidade Católica.
- Creche para crianças de 7 à 10 anos, construída pela Comunidade Evangélica.
- Escola Profissionalizante da Construção Civil, comunidade Maçonica em convênio com o SENAI - Em início de construção.
- Apoio aos jovens de 11 à 14 anos, de responsabilidade da Comunidade Espirita.
- Prevenção odontológica, visual e auditiva, construída pela Seicho-No-Ie em convênio com o Centrinho e USP.
- Escola de alfabetização de adultos de responsabilidade da Fundação Lions.

Ressaltamos que um Núcleo Habitacional que se destaca a nível nacional, por possuir uma infra-estrutura como essa que possuímos não pode sofrer solução de continuidade,

principalmente pelo fato que no ~~término~~ da 1ª Fase já teremos resolvido cerca de 60% das famílias faveladas de Bauru.

Bauru, 30 de maio de 1996.



Projeto de Desfavelamento de Prevenção Odontológica vai ganhar Centro Visual e Auditiva

Texto: Mônica Santos
Foto: Eder Azevedo

Uma parceria entre o Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais, o Centrinho, a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e a Regional da Seicho-No-Ie de Bauru vai viabilizar a construção de um Centro de Prevenção Odontológica, Visual e Auditiva no núcleo "Fortunato Rocha Lima". O projeto vai atender crianças de 0 a 10 anos, das famílias que fazem parte do Projeto de Desfavelamento e também das famílias carentes das proximidades. O Centro será construído junto ao campus social do núcleo, em uma área de aproximadamente 500 metros quadrados, cedida pela

Prefeitura Municipal.

Segundo Maria Eunice de Oliveira Tiburcio, responsável pela regional da Seicho-No-Ie, a entidade ficará encarregada da construção e direção do Centro. As obras devem começar no início de julho, com conclusão prevista para o mês de outubro. As verbas para a construção serão arrecadadas através de bingos, chás e outros eventos beneficentes promovidos pela Seicho-No-Ie.

Atendimento de primeiro mundo

O Centro de Prevenção Odontológica, Visual e Auditiva fornecerá atendimento de primeiro mundo, segundo a doutora Nilse

Tomita, professora do departamento de Odontologia Social do Centrinho e responsável pelo encaminhamento dos projetos "Extra-Muros" da USP. Bauru terá a primeira clínica modular, que permite colocar em prática o sistema de alta cobertura, atendendo coletivamente os pacientes. O projeto da clínica foi desenvolvido pelo engenheiro Salvador Aversano, do Centrinho.

O atendimento aos pacientes vai incluir as fases de tratamento, prevenção e educação de saúde bucal, visual e auditiva. O número de estudantes bolsistas que serão deslocados para o Centro só será definido em agosto, quando acontecerá um levantamento epidemiológico das crianças que serão atendidas.

Responsáveis pelo projeto anunciaram que a área será de 500 metros quadrados

JORNAL DA CIDADE BAURU, 06 DE JUNHO DE 1996

Moradores ficam sem escola para os filhos

Projeto do desfavelamento ainda tem sérios problemas de estrutura para atender necessidades básicas da população

A reconquista da casa própria não implica que a comunidade do Núcleo "Fortunato Rocha Lima" não tenha reclamações a fazer sobre a estrutura da área. A primeira delas é a falta de unidades escolares. O projeto de desfavelamento prevê para o segundo semestre a construção de creches e Emeis (Escolas Municipais de Educação Infantil) no mutirão. Enquanto isso, cada família deve ver o que pode fazer para evitar que seus filhos abandonem a escola.

Cinco filhos do casal Sebastião Maria Aparecida Rodrigues abandonaram há um mês as aulas no Sesi da Vila Santa Luzia. Eles moraram na favela do Flórida, localizada próxima da escola. Com a mudança para o núcleo, os pais decidiram que o melhor era afastá-los dos estudos. "Não tenho condições de pagar passes de ônibus para os cinco todos os dias", afirma a mãe. A renda mensal da família é de R\$ 160,00. "Não posso oferecer nada a mais que o estudo para eles, mas por enquanto está difícil".

O quadro se repete na residência da dona de casa Maria Lúcia de Almeida, que morava na favela São Manoel. Os dois filhos deixaram para trás a escola, no Jardim Bela Vista, para morar na casa própria. "Não tenho o direito de tirá-los da escola, mas eles ainda são muito pequenos para ir com os vizinhos". O salário do marido, R\$ 130,00, não é suficiente para custear também o transporte para a escola. "Vamos esperar que a Prefeitura faça alguma coisa pela gente".



Diversas crianças do mutirão estão sem escolas: mudança de casa implicou na perda do ano letivo

Bauru, 16 de junho de 1996. – Diário de Bauru

Bauru, sexta-feira, 21 de junho de 1996 - Página 10

Projeto de Desfavelamento tem destaque no Habitat II

Os três representantes da Prefeitura Municipal de Bauru, coordenador de Projeto do Desfavelamento, José Cardoso Neto; o assessor de imprensa da Cohab, Zarcillo Barbosa, e a coordenadora-adjunta do projeto, Catarina Carvalho, que estiveram na conferência mundial sobre habitação promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Istambul, Turquia, entre os dias 4 e 13 deste mês, apresentaram ontem à imprensa um relatório sobre a conferência.

De acordo com Cardoso, o projeto da Prefeitura despertou a atenção porque reúne exatamente as três condições consideradas essenciais para iniciativas na área pelos técnicos presentes à conferência: a participação da sociedade organizada (grupos da comunidade); participação do poder público, com a oferta de recursos para subsidiar os projetos; e a participação ativa dos beneficiados na execução dos projetos.

O coordenador assinalou que o interesse foi tamanho que durante o painel realizado entre os representantes brasileiros, por iniciativa da Embaixada do Brasil, o espaço concedido à delegação bauruense por um professor de Londrina (PR), inicialmente de 15 minutos, acabou ampliando para uma hora e meia. Bastante motivados, os técnicos da cidade do Paraná pretendem até vir a Bauru para conhecer o projeto de perto.

Goiânia (GO), Curitiba (PR) e cidades da Grande São Paulo também solicitaram material demonstrativo sobre o Desfavelamento. Até mesmo o representante do Comunidade Solidária, programa desenvolvido pelo governo federal através da primeira-dama do País, Ruth Cardoso, foi acionado para que apresentasse a ela os dados do projeto.

O assessor de imprensa da Cohab, Zarcillo Barbosa, desta-



Participantes do Habitat II disseram que Bauru teve espaço de uma hora e meia na conferência

cou que o projeto de Bauru se insere exatamente dentro da idéia defendida pelo secretário-geral para Assuntos Habitacionais da ONU, o brasileiro Jorge Wilhelm. Para ele, é importante a motivação da sociedade para os programas habitacionais, nos quais deve ser fundamental a solidariedade humana. "A habitação é um direito humano, que deve ser garantido somente com a participação ativa de todos os setores da comunidade".

As reuniões paralelas das Organizações Não-Governamentais (ONGs), durante a conferência de Istambul e o prestígio que obtiveram, demonstraram que essa filosofia é generalizada no mundo, na opinião de Zarcillo. "A sociedade civil deve, aos poucos, ir substituindo o Estado em políticas de bem-estar social".

A mesma conclusão chegou o advogado Milton Dota Júnior, que também é funcionário da Cohab e esteve no Habitat II como representante da União Internacional dos Trabalhadores na Cons-

trução Civil. Ele participou da entrevista coletiva e afirmou que a tendência, em termos de política para a habitação, é se adotar modelos locais, que sejam submetidos aos grupos organizados da comunidade, em detrimento dos projetos universalizados, "de cima para baixo". De acordo com Dota, essa situação pôde ser verificada de forma bem visível em Istambul: "O governo federal apresentou vários projetos inexecutáveis, e infelizmente procurou ofuscar as iniciativas regionalizadas, perfeitamente viáveis sob todos os pontos de vista".

Segundo a professora Catarina Carvalho, a conferência demonstrou que o conceito de habitação passa por todos os demais direitos humanos, como saúde e saneamento básico por exemplo. "A casa é o início de tudo e resguarda os outros direitos". Para ela, a reunião procurou também funcionar como canal para a troca de experiências, tomando como meta a globalização.

JORNAL DA CIDADE





1º CAMPEONATO DE FUTEBOL FORTUNATO R. LIMA

NOME ATLETA: _____

CLUBE _____

ASS. ATLETA _____

Presidente

FRL 100% FORTUNATO

1º Campeonato Futebol Fortunato R. Lima

DATA _____ DE _____ DE _____ CATEGORIA _____
 INICIADO ÀS _____ INTERV. _____ TERMINADO ÀS _____

EQUIPE MANDANTE		CAMPO	GOL	AMA	VER
01 - _____	01 - Assin				
02 - _____	02 - Assin				
03 - _____	03 - Assin				
04 - _____	04 - Assin				
05 - _____	05 - Assin				
06 - _____	06 - Assin				
07 - _____	07 - Assin				
08 - _____	08 - Assin				
09 - _____	09 - Assin				
10 - _____	10 - Assin				
11 - _____	11 - Assin				
SUBSTITUIÇÕES NA EQUIPE MANDANTE					
01 - _____	Nº Assin				
02 - _____	Nº Assin				
03 - _____	Nº Assin				
04 - _____	Nº Assin				
EQUIPE VISITANTE					
01 - _____	01 - Assin				
02 - _____	02 - Assin				
03 - _____	03 - Assin				
04 - _____	04 - Assin				
05 - _____	05 - Assin				
06 - _____	06 - Assin				
07 - _____	07 - Assin				
08 - _____	08 - Assin				
09 - _____	09 - Assin				
10 - _____	10 - Assin				
11 - _____	11 - Assin				
SUBSTITUIÇÕES NA EQUIPE VISITANTE					
01 - _____	Nº Assin				
02 - _____	Nº Assin				
03 - _____	Nº Assin				
04 - _____	Nº Assin				

DIRETOR CASA _____ DIRETOR VISITANTE _____

ÁRBITRO _____

FRL 100% FORTUNATO

Colaboração - Nivaldo Cardia

FRL 100% FORTUNATO



REGRAS DO 2º CAMPEONATO FUTEBOL FORTUNATO R. LIMA

SUBSTITUIÇÃO

As substituições deverão ser feitas nas paralisações com o auxílio do Juiz. Cada Clube terá um limite de substituições de 5 jogadores.

TEMPO DE JOGO

Cada jogo terá de 0:45 (quarenta e cinco minutos) por 0:45 (quarenta e cinco minutos), acrescido por conta do Juiz.

ATRASSO

Cada equipe terá o limite de tempo de 0:20 (vinte minutos) depois do tempo previsto, passando este limite de atraso, os pontos serão entregues ao adversário.

PRIMEIRA FASE

Haverá um sorteio para se formar uma chave onde todos os times jogarão entre si em turno e retorno.

DESCCLASSIFICAÇÃO

As desclassificações só ocorrerão da 2ª fase em diante, onde classificarão os 04 primeiros times. Os pontos da primeira fase serão somados com os da segunda fase, para se obter o resultado para a fase seguinte.

CARTÃO AMARELO

O jogador que acumular três cartões amarelos no decorrer dos jogos, cumprirá suspensão automática de um jogo ou pagará multa de R\$ 5,00 (cinco reais) para voltar a jogar.

CARTÃO VERMELHO

O jogador que receber cartão vermelho em uma partida, cumprirá suspensão automática e pagará multa de R\$ 5,00 (cinco reais). Caso não pague a multa, o jogador continua suspenso.

AGRESSÃO INTENCIONAL OU VIOLÊNCIA

O jogador expulso por agredir o oponente ou mesmo o Juiz, será eliminado.

RESERVAS

Os jogadores, diretores e técnico que estiverem uniformizados na reserva, que tentarem colocar a arbitragem em dúvida ou tumultuar o jogo também estão sujeitos a expulsão e multa de R\$ (cinco reais).

TÉCNICO

O técnico terá o direito de ficar na beira do campo para comandar seus jogadores, mas se perturbar a arbitragem ou invadir o campo, estará sujeito ao término do jogo e a partida ser realizada no campo do adversário.

UNIFORMES

O time participante do campeonato deverá estar devidamente uniformizado: camisa do time, shorts da mesma cor, meião e chuteiras. Sendo o mesmo responsável por ter uma bola fazendo parte de seu uniforme.

CONTABILIDADE

CLUBE: _____

PRESIDENTE DO CLUBE: _____

TAXA DE INSCRIÇÃO: _____

CAL DA 1 RODADA: _____

CAL DA 2 RODADA: _____

CAL DA 3 RODADA: _____

CAL DA 4 RODADA: _____

CAL DA 5 RODADA: _____

CAL DA 6 RODADA: _____

CAL DA 7 RODADA: _____

CAL DA 8 RODADA: _____

OBSERVAÇÃO _____

BAURU, ____ de ____ de 2001

Fernando Américo Vasconcelos

1º CAMPEONATO DE FUTEBOL DO NUCLEO FORTUNATO ROCHA LIMA-BAURU



Fortunato R. Lima continua irregular

A Prefeitura tenta devolver parte da gleba desapropriada e pagar outra.

Moradores não têm escritura das casas

Texto: Ieda Rodrigues
Foto: Jorge Arruda

Quase seis anos após a entrega das primeiras casas do Núcleo Fortunato Rocha Lima, projeto que pretendia erradicar 60% das favelas de Bauri, os moradores do bairro não têm escritura de suas casas e muito menos estão pagando mensalmente, como era previsto, pelo material de construção utilizado. Isso porque o terreno onde foram construídas cerca de 450 casas ainda não foi regularizado pela Prefeitura e doado à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que deve emitir as escrituras.

O problema do Fortunato vem se arrastando há anos, mas ainda não há previsão de quando será resolvido. Enquanto isso, favelas que haviam sido erradicadas com a transferência das famílias para o Fortunato, como a do Jardim Flórida,

estão renascendo. Ontem, o JC nos Bairros mostrou que já existem pelo menos 12 barracos instalados à margem do córrego Barreirinho, no Jardim Flórida. O local, pelo Projeto de Desfavelamento, deveria ter sido transformado em área verde.

A estimativa é que Bauri tenha dez mil pessoas morando em 16 favelas espalhadas pela cidade. O projeto inicial do Fortunato Rocha Lima, que previa uma segunda fase de casas, foi interrompido. Algumas casas do bairro foram ampliadas e até melhoradas. Já outras estão sem janelas, sem portas e até mesmo entrando em processo de favelização.

O secretário de Negócios Jurídicos, Luiz Pegoraro, disse que a Prefeitura continua tentando desapropriar e pagar pelas três glebas de terreno onde foram construídas as casas do Fortunato Rocha Lima. Mas adiantou que a regularização total é difícil

porque ainda não há acordo para pagar pela desapropriação da área onde foi construída a maioria das casas.

A legalização de uma das glebas, onde está construída parte das 450 casas, está quase acertada. De acordo com Pegoraro, a Prefeitura está tentando conseguir verba para registrar esse terreno para, depois, fazer a doação à CDHU que, por sua vez, poderá emitir as escrituras. O valor para pagar o registro em cartório não é alto, mas não está disponível.

O valor do terreno será pago aos proprietários, através de parcelamentos, em vários anos. Já a terceira gleba, desapropriada pela Prefeitura, pode ser devolvida aos antigos proprietários.

Pegoraro contou que a Prefeitura está propondo a família proprietária do terreno a devolução de uma boa parte da área. Isso reduziria consideravelmente o valor de parcelamentos.

Bauri 17 de maio de 2001 – Jornal da Cidade

OF.PRES. N.º 370 / 02

Bauru, 26 de junho de 2002

ATZ. FORNECIMENTO DE DADOS

Prezada Senhora

Conforme solicitação, fornecemos abaixo, os dados referentes aos serviços prestados pelo Departamento ao Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima deste município, para instruir trabalho referente a tese de mestrado que V.S.ª, está desenvolvendo no referido bairro.

1. Redes de água e esgoto, disponibilizadas no exercício de 1997;
2. Não existe poço profundo na área de abrangência do Núcleo, que é abastecido pelos poços localizados no Distrito Industrial III e Parque Roosevelt
3. Números de economias existentes com abastecimento regular, para junho de 2002.

	ÁGUA	ESGOTO
Residencial	536	535
Comercial	006	006
Públicas	004	004
Total	546	545

Atenciosamente


 LUIZ AGUGOSTO DE OLIVIERA CASTRO
 PRESIDENTE



BAURU, 18 DE SETEMBRO DE 2002

SRA. AURORA CANONNE

CONFORME SUA SOLICITAÇÃO, INFORMAMOS QUE ATUALMENTE
CONSTAM **334 LIGAÇÕES ATIVAS** NO "CONJ. FORTUNATO ROCHA
LIMA" (DESFAVELAMENTO).

ÁREA TÉCNICA - BAURU

Fortunato Rocha Lima

Pesquisa de Pós-Graduação

Formulário

1- Antes de residir no núcleo, onde morava ?

Resp.

2 - Há quanto tempo reside no núcleo?

() de 1 a 2 anos () de 2 a 3 anos () mais de 4 anos

3 - Que impressão você teve do núcleo na época da mudança? E depois de 1 ano, o que mudou?

Justifique:

4- Teve alguma dificuldade em se adaptar ao novo local?

Resp.

5- Você teve alguma dificuldade em fazer amizade com seus vizinhos?

() Sim () Não

Justifique:

6 - Você conhece algum vizinho com características de liderança?

Resp:

7 - Quem é o responsável pelo sustento da família?

Resp:

8 - No momento está empregado?

() Sim () Não

Justifique:

9 - Seu local de trabalho é longe da sua residência?

Resp:



10 - Qual sua maior dificuldade na busca de emprego?

Resp:

11 - Há policiamento no bairro?

☐ Sim ☐ não

Justifique:

12 - Qual a sua religião?

☐ católica ☐ evangélica ☐ espírita ☐ outras

13 - A comunidade religiosa que você frequenta, promove eventos sociais?

☐ campanha do agasalho ☐ arrecadação de alimentos ☐ artesanato
☐ corte costura

14 - Você conhece a Associação de Moradores do bairro?

☐ Sim ☐ Não

15 - Em caso afirmativo: Como você avalia seu desempenho.

☐ ótima ☐ boa ☐ reg. ☐ má ☐ péssima

16 - Você participa das atividades da associação?

Resp:

17- Existe área de lazer no Fortunato Rocha Lima?

☐ praça ☐ playground ☐ centro comunitário ☐ outras

Quais:

18- Vocês têm alguma atividade de lazer nos finais de semana?

☐ Sim ☐ Não

Qual:

